



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Gabriel Matheus de Oliveira Lima

Desenvolvimento Econômico:

estudo comparativo entre Brasil e Irlanda

Brasília - DF

2020

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas**

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Gabriel Matheus de Oliveira Lima

Desenvolvimento Econômico:
estudo comparativo entre Brasil e Irlanda

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade para Tomada de Decisão

Área: Contabilidade Gerencial e Sistemas de Controle

Orientador: Clesia Camilo Pereira

Brasília – DF

2020

DL732d De Oliveira Lima, Gabriel Matheus.

Desenvolvimento Econômico: estudo comparativo entre Brasil e Irlanda / Gabriel Matheus de Oliveira Lima; orientador Clesia Camilo Pereira -- Brasília, 2020. 65 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) -- Universidade de Brasília, 2020.

Palavras-chave: 1. Desenvolvimento econômico. 2. Brasil. 3. Irlanda. 4. Planejamento estratégico. I. Camilo Pereira, Clesia, orient. II. Título.

Gabriel Matheus de Oliveira Lima

Desenvolvimento Econômico:
estudo comparativo entre Brasil e Irlanda

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao Departamento
de Ciências Contábeis e Atuariais da
Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 04 de Dezembro de 2020.

Prof.^ª Clesia Camilo Pereira
Orientadora

Prof. José Antonio de França
Professor - Examinador

Brasília - DF, 11 de Dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Após a conclusão deste trabalho, tenho que agradecer a muitos que me ajudaram, que me deram apoio psicológico para passar mais essa fase da minha vida e adentrar a subsequente com orgulho de tudo que foi feito. Estas pessoas foram fundamentais em todo momento: meus pais João Roberto e Neide Beatriz que sempre me deram uma base para eu buscar o que é do meu interesse, sempre ao meu lado em qualquer circunstância; meus irmãos, Guilherme Augusto e Vinícius Eduardo, que também contribuíram para esse feito; minha noiva, Bárbara Costa, que há 5 anos se faz presente como um norte para mim, me apoia, me incentiva, me contagia nos momentos mais complicados; aos meus amigos, tanto aqueles de longa data que estão ao meu lado para o que der e vier, quanto aqueles que conheci há pouco tempo, mas que também foram importantes; agradeço ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Universidade de Brasília e aos Docentes, em especial, agradeço a minha orientadora Clésia Pereira Camilo que me proporcionou mais conhecimento, abriu minha mente e embarcou na minha ideia de querer atingir ao máximo de pessoas possível que a mudança é necessária, mas para isso depende do querer e do trabalho de cada um.

RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em uma análise comparativa entre o Brasil e Irlanda no que tange ao desenvolvimento econômico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória que investiga a evolução do desenvolvimento econômico dos dois países, identificando os pontos comuns e divergentes durante suas respectivas histórias e os fatores preponderantes que os levaram a possuir economias distintas. Os resultados evidenciam que os dois países tiveram evolução nas suas respectivas economias, mesmo tendo um foco diferente de atuação, entretanto, a Irlanda detém resultados mais desejáveis, assim como nos aspectos sociais, com um alto IDH e também nos aspectos políticos. No entanto, o fator de bastante relevância foi planejamento estratégico em prol do desenvolvimento econômico, que independente do partido que assumisse a gestão do país, as diretrizes firmadas eram mantidas. O estudo visa identificar como foi a construção desse desenvolvimento econômico e o que o Brasil pode levar de aprendizado com a experiência irlandesa.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Brasil. Irlanda. Planejamento estratégico.

ABSTRACT

The aim of this study is a comparative analysis between Brazil and Ireland with respect to economic development. It is a qualitative, exploratory research that investigates the evolution of the economic development of the two countries, identifying the common and divergent points during their respective histories and the predominant factors that led them to have different economies. The results show that the two countries have evolved in their respective economies, despite having a different focus of action however Ireland has more desirable results, as well as in social aspects, with a high HDI and also in political aspects. However, the most relevant factor was strategic planning in favor of economic development, which regardless of the party that took over the management of the country, the signed guidelines were maintained. The study aims to identify how the construction of this economic development was, and what Brazil has to learn from the Irish experience.

Keywords: Economic development. Brazil. Ireland. Strategic planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. População do Brasil.....	34
Figura 2. População da Irlanda.....	34
Figura 3. Evolução do PIB	34
Figura 4. Evolução do PIB per capita.....	34
Figura 5. Crescimento do Produto Interno Bruto	35
Figura 6. Receitas e despesas (Brasil)	36
Figura 7. Receitas e despesas (Irlanda).....	36
Figura 8. Inflação no Brasil	37
Figura 9. Inflação na Irlanda.....	37
Figura 10. Dívida Pública.....	37
Figura 11. Índice de produção agrícola	38
Figura 12. Entradas líquidas de Investimento Direto do Estrangeiro.....	40
Figura 13. Exportação de alta tecnologia	41
Figura 14. Desemprego.....	41
Figura 15. Evolução da carga tributária.....	43
Figura 16. Carga tributária por base de incidência.....	43
Figura 17. Índice de Desenvolvimento Humano	45
Figura 18. Despesas do governo em saúde.....	46
Figura 19. Expectativa de vida	46
Figura 20. Despesas do governo com educação	47
Figura 21. Qualidade da educação.....	47
Figura 22. Renda Nacional Bruta per capita.....	48
Figura 23. Crescimento populacional	48

Figura 24. Taxa de Homicídio	49
Figura 25. Integridade do governo	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Políticas implantadas na área tecnológica	39
Tabela 2 Ranking maiores economias do mundo	42
Tabela 3 Ranking maiores cargas tributárias - Brasil e países da OCDE	42
Tabela 4 Ranking do Índice de Retorno ao Bem Estar à Sociedade	44
Tabela 5 Índice Global de Paz (GPI)	49
Tabela 6 Ranking Índice de Percepção da Corrupção	50

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	Sociedade	14
2.2	Identidade Nacional.....	14
2.3	Globalização	15
2.4	Construção do Ambiente Brasileiro.....	16
	2.4.1 Identidade Nacional Brasileira	16
	2.4.2 Governo	17
	2.4.3 Política, Economia e Industrialização.....	18
	2.4.4 Saúde.....	21
	2.4.5 Educação.....	22
	2.4.6 Problemas Persistentes.....	23
2.5	A Construção do Ambiente Irlandês	24
	2.5.1 Identidade Nacional Irlandesa	24
	2.5.2 Governo	25
	2.5.3 Economia	26
	2.5.4 Educação.....	30
	2.5.5 Saúde.....	31
	2.5.6 O Crash de 2008	31
3.	METODOLOGIA.....	33
4.	RESULTADOS E ANÁLISE	34
	4.1 Aspectos econômicos.....	35
	4.2 Aspectos sociais	42
	4.3 Aspectos Políticos.....	50
5.	CONCLUSÃO.....	52
	REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o desenvolvimento econômico foi potencializado principalmente após a Segunda Guerra Mundial, os países hoje desenvolvidos chegaram a tal feito depois de terem passado por diferentes circunstâncias históricas (Mason, 1965), em que muitos tiveram a economia devastada, e apesar disso alcançaram o desenvolvimento primeiro que outros, com o auxílio do advento dos avanços tecnológicos e da globalização (Carneiro & Bagolin, 2012). Nesse entendimento, busca-se identificar frente a uma experiência de sucesso quais foram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento econômico. Tais fatores não são vistos apenas como “um problema puramente econômico ou social, cultural ou político”, o conjunto desses aspectos como um todo é o que molda o desenvolvimento de um país (Rattner, 1977, p.23).

Um caso notável é o desempenho da Irlanda, que é de fundamental interesse aos países que estão passando pelo processo de desenvolvimento econômico, por conseguir principalmente durante a década de 90 escapar dos entraves e alavancar a sua economia (Godoi, 2007). Em um curto prazo, a Renda Nacional Bruta per capita da Irlanda cresceu de US\$ 12.750 em 1990 para US\$ 68.050 em 2019, o desemprego decresceu de 15,77% da força de trabalho em 1991 para 4,93% em 2019 e o crescimento do Produto Interno Bruto anual passou de 1,93% em 1991 para 25,16% em 2015 (Banco Mundial, 2020). A partir dessa contextualização, surge o questionamento: quais fatores foram preponderantes na experiência irlandesa para alcançar um rápido desenvolvimento econômico?

Diante disso, o caso irlandês pode ser de bastante relevância para o caso brasileiro, por isso o objetivo geral deste trabalho é analisar quais foram as diferenças ou similaridades encontradas no desenvolvimento econômico do Brasil e da Irlanda, traçando o contexto histórico e evidenciando através da comparabilidade o potencial do Brasil de também ser uma grande potência mundial.

Dessa maneira, o primeiro capítulo, a introdução, expõe o panorama deste estudo; o segundo capítulo será desenvolvido os conceitos de sociedade, identidade nacional, globalização e posteriormente a construção do ambiente brasileiro e irlandês; na terceira seção, a metodologia mostrará os meios pelos quais se chegou ao resultado; a quarta seção evidencia os resultados encontrados no desenvolvimento econômico dos países, e por fim, o quinto capítulo destaca o fechamento do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sociedade

Conforme Durkheim (1983), a sociedade modifica o comportamento do homem, pois já está definida antes do nascimento e o indivíduo é incapaz de modificá-la. Entretanto, Weber (1999 como citado em Oliveira, 2008) diz que a partir do entender coletivo o indivíduo é capaz de agir na construção da sociedade que é baseado em 4 tipos fundamentais: Ação social racional com relação a fins, o objetivo é definido racionalmente e busca-se os meios necessários para ser alcançado; Ação social racional com relação a valores, a ação é realizada de acordo com os valores e concepções sobre as quais acredita-se que seja o correto; Ação social afetiva, o indivíduo age de acordo com seus sentimentos e emoções; Ação social tradicional: atos de acordo com hábitos e costumes.

Conforme Meneghetti (2013), há uma relação entre o homem e a sociedade, esta insere as suas características, aspectos e padrões estabelecidos, e o inverso também é possível, ao passo que se há indivíduos de boa índole, o mesmo comportamento terá a sociedade, ou seja, a sociedade é resultado do indivíduo. Portanto, no âmbito o qual foi relatado, o indivíduo tem um papel importante na criação das características de uma sociedade e na forma a qual é conduzida, pois as motivações (Afetiva e Tradicional) para a tomada de decisão pode modificar o coletivo. Nesse sentido, depreende-se que a evolução do coletivo possibilita a evolução do indivíduo já que o mesmo está inserido no contexto.

2.2 Identidade Nacional

A partir da relação entre o indivíduo e a sociedade, surge um levantamento a respeito do conceito de identidade nacional. Primeiramente, Foucault (1978 como citado em Fortes, 2013), diz que a identidade é construída socialmente, não é apenas uma questão biológica ou geográfica. A identidade é formada de um contexto histórico tendo características até mesmo de antes do nascimento do indivíduo (Woodward, 2004). Para Snow e McAdama (2000), há um alinhamento entre a identidade individual e coletiva, pois as pessoas visualizam no coletivo o mesmo modo de pensar e os mesmos interesses. Em suma, de acordo com Hall (2006), a identidade não é definida biologicamente, é histórica e moldada de acordo com o tempo, com a cultura, não podendo ser considerada fixa, pois os fatos externos influenciam a identidade.

O segundo termo de identidade nacional, que por sua vez, é a derivação da palavra nação. Dias (2012, p.55) ao se basear na obra de Maluf (2003) afirma que “nação é a expressão da reunião dos habitantes que possuem a mesma língua, são regidos pelo mesmo sistema

jurídico e apresentam, por assim dizer, uma identidade nacional”. De outra forma, afirma Silva (2004, p.939) que o elemento dominante para caracterizar nação é “o vínculo que une estes indivíduos [...] É, assim, a consciência de sua nacionalidade, em virtude da qual se sentem constituído um organismo”.

Nessa continuidade, a identidade nacional, de acordo Marques e Domingues (2014), é um conjunto de peculiaridades típicas de uma nação, de modo que o seu povo é capaz de identificá-las. Segundo Reis (2006), a identidade nacional é o conjunto formado pelos valores culturais adquiridos de acordo com o decorrer da vida, e mesmo que haja intervenção de outras identidades, é possível reconhecer características que são inerentes a determinado grupo (Henn, 2007).

Diante disso, Hall (1995 como citado em Jean, 2018) identifica que a identidade nacional é vista em caráter próprio dos fatos históricos progressivamente construídos e vivenciados por uma nação que se aflora um sentimento daquilo que lhe pertence, daquilo que lhe une, do algo que está enraizado no país e que é um diferencial em relação a outras nações. Entretanto, a identidade nacional, como dito por Henn (2007), tem caráter próprio, contudo existem influências de outras nações.

Para Backes (2000), ao se remeter a essência de uma identidade é possível encontrar características que não lhe pertencem, logo não se deve pensar que seja integralmente original, assim não existe originalidade sem imitação e mesmo na imitação existem sim características originais. Portanto, em seguida adentra-se a uma temática a qual é o principal motivo da perda da originalidade das identidades nacionais: a globalização (Lopes, 2006).

2.3 Globalização

A globalização é a expansão política, econômica, social, cultural, ambiental através do livre mercado, isto quer dizer na circulação de produtos, capitais, serviços, informações e pessoas em nível mundial, como fator determinante ao avanço da tecnologia (Teixeira, 2015). Na visão de Murteira (2003), é um processo crescente das políticas econômicas nacionais concentradas nas relações entre atores internacionais e nacionais.

A partir disso, há uma maior clareza ao compreender que a identidade nacional não é fixa, de modo que a globalização está constantemente transformando-a, não cabendo dizer que é intrínseca a cada nação, pois há uma contínua transferência de identidades e por consequência a união delas (Marques & Domingues, 2014). Reis (2006) defende o fim da identidade nacional, na medida em que a globalização tratou de universalizar os costumes, os sentimentos nacionais e a tomada de decisão. Segundo Anderson (2008 citado em Andrade, 2010), esse

posicionamento é errôneo, de modo que existem profundas lutas para se manter a identidade nacional de um país. Em conformidade, Ariely (2012 como citado em Rodrigues, 2013) conclui que a expansão da globalização não retira a identificação de um povo com a sua respectiva comunidade nacional.

Por conseguinte, Dias (2012) infere que a globalização foi determinante em distintos aspectos dentro de uma nação com a capacidade de alterar o cenário nacional, isto é, o ambiente no qual está inserida a sociedade, o Estado e suas relações. E nesse sentido, os países que serão analisados, Brasil e Irlanda, foram se modelando ao longo da história de acordo com suas respectivas identidades nacionais e com uma forte intervenção da globalização.

2.4 Construção do Ambiente Brasileiro

2.4.1 Identidade Nacional Brasileira

Como definida, a identidade nacional tem influência externa que contribui para a sua formação e conscientização em relação aos outros. No caso do Brasil, esse outro o qual foi mencionado refere-se a Portugal, conseguinte ao buscar a reflexão sobre a identidade brasileira deve-se considerar que em suas raízes leva uma “herança portuguesa” (Fiorin, 2009, p. 117).

A identidade nacional é difundida como características, símbolos, costumes, tradições que unem a população a qual se reconhece como uma nação, é imprescindível encontrar algo vangloriado do passado que se reflete no presente e que seja motivo de glória (Thiesse, 1999). No caso do Brasil, não existia um fato histórico autêntico, não havia símbolos, heróis, conquistas reconhecidas e defendidas, pois é através do sentimento nacional que se cria um Estado nacionalista (Hobsbawm, 1990).

Barbato (2014, p. 5) faz alguns questionamentos: “Essa identidade seria baseada em que?”; “O que tornava alguém brasileiro em meados do século XIX?”. Para Alves (1997, p. 97), com o interesse de manter o povo brasileiro unido e o território consistente, buscaram identificar “histórias que lhe eram próprias”. Somente no renascentismo que os intelectuais encontraram na exaltação do Brasil, da sua beleza natural uma marca nacional (Barbato, 2014). Fiorin (2009), também destaca a celebração da mistura das raças, que na verdade o pretendido foi o detrimento da raça negra e indígena, que eram inferiorizadas, como uma forma de “melhorar” essas raças, torná-las mais próximas dos brancos.

Entretanto, o componente principal para a identidade foi o “jeitinho” brasileiro trazido por Sérgio Buarque de Holanda como o “homem cordial” ao dizer que o brasileiro desenvolveu uma tendência histórica a informalidade, deixando ser movido pelo emocional (Holanda, 1995). Salienta Rodrigues (2013) que o “jeitinho” é visto como uma prestação de favor ou um

comportamento incorreto, corrupto, ímprobo. Moser (1984) visualiza como uma forma de sempre ganhar vantagem frente as situações apresentadas. Para Barbosa (2006), é uma solução dos problemas, mesmo tendo que transgredir regras. Fiorin (2009) explana que para alguns autores o “jeitinho” veio do futebol, da música popular através do gingado do brasileiro, do “jogo de cintura” naturalizando o brasileiro como o malandro, acolhedor, prestativo. Para Silveira (2011, p. 70), “com o passar do tempo e natural desenvolvimento, o país foi adquirindo características associadas à malandragem, musicalidade e indolência, entre outros”.

Conforme Alves (1997), estas imagens foram prescritas a todos os brasileiros. Portanto, a identidade nacional brasileira foi formada durante um longo período, sendo possível notar na atualidade que alguns atributos dados aos brasileiros ainda estão presentes seja “na imagem que o brasileiro faz de si mesmo, seja na imagem que o estrangeiro faz do brasileiro” (Marques & Domingues, 2014, p.468).

Como exemplo, a busca de poder e a dominação, citados por Filho (2006), trazidos desde a época da colonização ainda se faz presente na sociedade, mesmo tendo que ser deixado de lado a moral e a ética. Exemplos como os grandes casos de corrupção na política brasileira, “Mensalão” e “Operação Lava Jato”, em que políticos e empresários envolvidos no esquema se corromperam a ponto de utilizarem recursos públicos em busca do favorecimento próprio (Gomes & Medeiros, 2019).

Pode-se evidenciar também a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a forma de sempre ganhar vantagem está prevalecendo, há pessoas que aumentaram os preços do álcool em gel e das máscaras (Andretta, 2020), superfaturaram máquinas respiratórias (Figueiredo, 2020) com a finalidade de satisfazerem interesses pessoais, de utilizarem do “jeitinho” para adquirirem lucro. Tais casos só corroboram com as evidências dos autores ao dizerem que a imagem do brasileiro é fruto das raízes que foram baseadas nas experiências históricas.

2.4.2 Governo

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista, em outras palavras, o primeiro termo significa a forma de governo a qual o país atua, que é para o povo, de modo que deve haver organização, disciplina, democracia e representantes eleitos pela sociedade através do voto direto, já o segundo termo é considerado como a forma de Estado, isto é, um poder uno, soberano que possui áreas politicamente autônomas que são capazes de se autorregular e traçarem seus próprios caminhos, e por último, o Brasil adota o sistema presidencialista em que o chefe do governo comanda o poder executivo. (Cavalcanti, 1965).

Discursa Soares, Keller, Rosa, Schirmer, & Dias (2015) sobre a separação dos poderes que é um conceito trazido de Montesquieu, o sistema de freios e contrapesos, com o objetivo

de conter a centralização do poder em apenas uma pessoa, melhor dizendo, esse sistema desconcentra o poder para o Executivo, Legislativo e Judiciário, assim eles são autônomos e independentes entre si, no entanto com a função de fiscalizar um ao outro. Portanto, essa é a estrutura política brasileira que envolve todo o território de uma forma independente, todavia, harmônica, que possibilita a forma pela qual é realizada a política no país (Soares *et al.*, 2015).

2.4.3 Política, Economia e Industrialização

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo vivia uma expectativa de reestruturação do sistema econômico internacional com a tendência de alavancar o seu desenvolvimento, já no Brasil, a criação de uma nova Constituição e a volta do regime democrático despertou a esperança de um Brasil melhor (Buescu, 2011).

De acordo com Baer *et al.* (1973), Vargas ao voltar a presidência em 1951 encontrou uma economia mais voltada a industrialização, o papel do governo deveria continuar incisivo, assim incentivou o surgimento de empresas para fomentar o desenvolvimento. Para Borges e Chadarevian (2010), com a morte de Vargas e as sucessivas trocas de presidentes, a instabilidade política foi amenizada em 1956 com a posse de Juscelino Kubitschek (JK), que focou ainda mais nas políticas de industrialização e medidas para tentar ajustar os desequilíbrios. Resende *et al.* (2018, p.2) define o governo de JK como um “sucesso do nacional-desenvolvimentismo”, a economia apresentou crescimento, houve uma alavancada na industrialização, contudo o desequilíbrio externo e a inflação continuaram a fazer parte do contexto brasileiro.

Para Resende *et al.* (2018), ocorreram tensões na década de 60 devido a inflação, os desequilíbrios nas contas, a falta de uma base política, os fracassos com os planos implantados e o início de uma recessão econômica ao passo que refletia na sociedade, o que resultou em uma crise política-militar o que ocasionou a intervenção militar no ano de 1964 (Rattner, 1978).

Gremaud *et al.* (1997) explicam que regime militar ficou conhecido como “Milagre Econômico” devido ao elevado crescimento com taxas animadoras em virtude das correções anteriores e um cenário internacional favorável que se perdurou de 1968 a 1973. As expectativas foram arruinadas ao final do ano de 1973, com o primeiro choque do petróleo, que alimentou uma instabilidade econômica interna e externa.

Com o propósito de manutenção do crescimento econômico, articulam Ometto, Furtuoso e Silva (1995) que o governo escolheu em seguir uma linha de financiamento apoiado no aumento da dívida externa. Com o segundo choque do petróleo em 1979 iniciou um longo período de instabilidade inflacionária e de crise da dívida externa, haja vista que a economia não tinha capacidade de enfrentar um novo aumento no preço do petróleo (Paulani, 2012).

Em síntese, O Brasil adentrou na década subsequente com sérios desequilíbrios internos e externos: déficit na balança de pagamentos com endividamentos impagáveis, inflação descontrolada, um grave declínio econômico (Resende *et al.*, 2018). Borges e Chadarevian (2010) elucidam que o período ficou conhecido como “década perdida” por se encontrar em uma recessão econômica, sendo o fim de uma política que deveria ser revista.

Analisando a indústria nesse período, ao passo que o crescimento econômico diminuía, a indústria seguia o mesmo caminho, para Resende *et al.* (2018) o declínio da produtividade tem suas causas nas dificuldades postas ao comércio, na fortificação das empresas estatais, a questão da substituição das importações de bens de capital não foram positivas diante de uma produção que gerava produtos caros e com baixa qualidade, esses fatores juntamente com as dificuldades de solucionar os problemas com a balança de pagamentos e o descontrole da inflação.

Na década de 90, Resende *et al.* (2018) colocam em destaque que as medidas tomadas por Collor trouxeram uma temporária queda da inflação e na retomada da economia, todavia em um período relativamente curto a inflação voltou a crescer, o que conduziu para uma segunda rodada de ajustes para controlar a situação, no entanto também fracassaram, período que aconteceu a maior taxa inflacionária da história do Brasil.

Apenas com o Plano Real a economia se estabilizou e juntamente com uma série de medidas como a redução da participação do Estado na economia, um efetivo controle sobre os bancos, a ampliação das receitas tributárias, renegociação da dívida externa, estabilização de preços o governo Fernando Henrique Cardoso ganhou destaque na política brasileira. Destacam também que FHC propôs o “tripé” econômico destinada a implementar metas inflacionárias que resultaram em um sistema monetário flexível e com uma maior credibilidade; planos de austeridade fiscal que auxiliaram nos superávits primários e na aprovação da LRF; flutuação do câmbio que possibilitou a amortecer os impactos econômicos durante a década (Resende *et al.*, 2018). Discursa Almeida (2004) que foi importante o governo focar nas causas da inflação, como exemplo o déficit público ao invés de apenas amenizá-la como programas anteriores, tal como o controle de preços e salários.

Ao contrário do que muitos imaginavam, no primeiro momento, Lula tomou uma postura de continuação do trabalho feito pelo governo anterior, mantendo uma estratégia de controle inflacionário e estabilização da economia, permanecendo o Plano Real e a política do “tripé” econômico em seu governo (Barbosa, 2012). Mercadante (2006) avalia o excelente resultado adquirido a partir de 2004, diante do controle inflacionário imposto pelo governo em que as metas predeterminadas se enquadraram dentro da expectativa. Enfatiza Resende *et al.*

(2018) que além de continuar o trabalho do governo anterior, não faltaram esforços para reformar alguns fatores que eram determinantes para uma melhor fluidez do sistema.

Já no governo Lula, a sua esperteza e a desenvoltura chamaram a atenção de Singer (2009), ao pôr em destaque a continuidade do “tripé” econômico de FHC e ao mesmo tempo construir um sistema interno para crescer as classes desfavoráveis de sua economia que possibilitou um maior “poder de compra da classe trabalhadora” (Borges & Chadarevian, 2010, p.67). Resende *et al.* (2018) diz que a redistribuição de renda e a redução da pobreza como resultados dos programas e a progressão do emprego e do salário contribuíram para a entrada da sociedade no mercado consumidor brasileiro.

Mesmo com os escândalos de corrupção no governo, a popularidade de Lula caiu apenas em relação a classe média, para a classe baixa, as melhorias imensuráveis na qualidade de vida ganharam vantagem em comparação com os casos de propina, assim Lula foi reeleito em 2006. Essa popularidade não foi conquistada pelo seu carisma e pelo bom relacionamento com a sociedade, a resposta encontra-se na melhoria na renda dos cidadãos. (Anderson, 2011).

Ao chegar ao final do seu mandato, em 2010, Lula adquiriu uma grande afeição popular por ocasião da significativa evolução da qualidade de vida de grande parte das pessoas e por fortalecer aparentemente o sistema político e econômico. As altas expectativas sobre a década eram tremendas, o entusiasmo que pairava o território brasileiro era de ter encontrado um rumo sólido e capaz de seguir com o acelerado desenvolvimento. O esperado futuro próspero iria acontecer, ainda mais com o otimismo, festejo e a preparação para os dois grandes eventos mundiais, Copa do Mundo e Olimpíadas, sediadas no Brasil. Entrementes, não demorou muito tempo para toda essa ilusão esvaecer e a década ser marcada por mais uma profunda crise que assolou a política, a economia e a sociedade. (Resende *et al.*, 2018).

Dweck e Teixeira (2019) versam que o primeiro mandato de Dilma foi sinalado pela desaceleração econômica e o segundo mandato pela recessão a qual adentrou o país com manifestações que se alastraram por todo o território, pois de acordo com Abramides (2017), foi um reflexo da insatisfação com o governo. Segundo Resende *et al.* (2018) o fracasso econômico e a descoberta do enorme esquema de corrupção, “Operação Lava Jato”, descredibilizou a política e os partidários brasileiros. O Estado caracterizou-se como ineficiente ao elevar o endividamento e a incapacidade de progredir o desenvolvimento do país, injusto por não dá oportunidade a todos de forma igualitária e corrupto devido aos escândalos. A goleada sofrida em um dos estádios superfaturados foi ainda mais dolorosa ao perceberem no período subsequente que ela ainda continuava.

2.4.4 Saúde

Conforme Polignano (2001), a assistência médica ganha destaque na segunda metade do século XX pois a acelerada urbanização pressionava o Estado por cuidados médicos. Paulus e Cordoni (2006) expõem que a assistência médica era desenvolvida no âmbito das instituições previdenciárias para assegurar que a força de trabalho continuaria gerando resultados lucrativos. Bravo (2001) esclarece que não houve alterações significativas nesse período, de modo que acreditavam que o crescimento econômico seria um fator para a melhora da saúde.

Para Oliveira e Souza (1997), o sistema de assistência médica privada que além de excluir os desempregados, utilizava apenas técnicas curativas que não promovia a melhoria da saúde, sem contar que o Estado pagava as empresas por meio da Previdência Social, possibilitando a abertura para a corrupção, a década de 70, incontáveis casos de utilização de recursos da previdência para pacientes que não existiam. Com a péssima qualidade do serviço, a má gestão dos recursos públicos, as corrupções e o descontentamento populacional, a década de 80 iniciou com movimentos que intensificaram suas investidas na mudança radical do sistema, com propostas que visavam uma melhor gestão com um sistema integrado, tal proposta já era conhecida como Sistema Único de Saúde. Conquistas significativas foram obtidas, as propostas iniciais se concretizaram, a primeira vez na história do país, uma Constituição Federal abrangeu o assunto saúde, resultando assim, na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Oliveira & Souza, 1997).

Revela Polignano (2001) que o SUS sempre ficou à mercê da instabilidade política e econômica que não chegavam ao um consenso principalmente no que tange ao financiamento. Indaga Carvalho (2013) que essa questão do financiamento é discutida em cada troca de governo, há àqueles que acreditam que a saúde deveria ser mais eficiente em vez de ter mais financiamento e outros que acreditam que os problemas do setor é a reduzida quantidade de financiamento, para o autor os dois quesitos são essenciais.

Para Menicucci (2011, p.531), que o governo Lula contribuiu consideravelmente para a saúde, todavia o SUS continuou completamente desgastado, ineficiente, com falta de disponibilidade de financiamento, problemas que só serão resolvidos caso haja uma “agenda radicalmente inovadora”. Para Paim (2013, p.1932), tanto o governo de Lula, quanto o de Dilma contribuíram com inúmeros programas a favor da saúde, apesar disso, nenhum governo “incorporou a Reforma Sanitária Brasileira como projeto de governo, nem demonstrou um compromisso efetivo com o SUS”. De acordo com Silva (2016, p.86), a saúde em todos os

Estados está “suplicando socorro” e as atitudes de cada governo se dá apenas em amenizar os problemas e postergam a necessidade de efetivar a Reforma Sanitária.

2.4.5 Educação

Para Goldemberg (1993), o setor educacional também passa por empecilhos em sua história, a tardia abolição da escravidão pode ser considerada um dos primórdios ocasionadores dos problemas existentes. A mudança de valores, tradições e hábitos tanto daqueles que foram escravizados quanto dos brancos que não aceitavam a cidadania dos negros provocou uma duradora resistência ao ingresso desse povo às escolas, e a necessidade de comer para sobreviver levavam as pessoas a trabalharem já que não era exigido ter escolaridade. O resultado disso é o alto índice de analfabetismo na história do país, ao iniciar o século XX, a taxa de analfabetos era cerca de 65% com o passar dos anos e a melhora nas políticas públicas, a taxa se encontrava na metade do século em 50% da população e ao final com 13,6%, a tendência era diminuir cada vez mais, apesar disso, ainda considera-se alta, 7,9% da população era analfabeta em 2015 (Pieri, 2018).

De acordo com Goldemberg (1993), principalmente após a Segunda Guerra Mundial, intencificaram as políticas públicas direcionadas ao acesso dos brasileiros as escolas, todavia o acelerado crescimento populacional dificultou a universalização da educação básica. O governo se deparou com a necessidade de ampliar apressadamente o sistema educacional, a pressa não permitiu uma boa desenvoltura no aspecto qualitativo, em contrapartida, em 1950, um percentual de 36,2% das crianças estavam estudando nas escolas, já em 1990, esse quantitativo atingiu 88%, disserta ainda que a obrigatoriedade do período escolar passou de quatro para oito anos resultando na redução significativa no analfabetismo.

Schwartzman, Durham e Goldemberg (1993) apontam que ainda há inúmeras falhas qualitativas, as mudanças não foram capazes de elevar o patamar do Brasil em aspectos absolutos no que diz respeito equidade, eficiência e qualidade. Abordam que os altos índices de repetência e os resultados negativos acumulados levavam a uma evasão escolar justificados pela má qualidade do serviço, a má-formação dos professores, a falta de equipamentos e materiais adequados, e na desigualdade de renda dos estudantes que reflete no lugar onde vivem, na dificuldade de deslocamento e acesso as escolas. Mesmo assim, o Estado continuou postergando os problemas que abalam de fato a base escolar, como a falta de financiamento, as instabilidades administrativas, sem contar os casos de corrupção em desvios de recursos públicos na distribuição da merenda escolar e dos livros didáticos.

Schwartzman *et al.* (1993, p.36) complementam que os problemas que enfrenta a educação é um retrato da realidade de todo o país, “dificuldade em desenvolver a competência,

a ineficiência no uso de recursos públicos, e a ausência de mecanismos efetivos para corrigir os problemas de iniquidade econômica e social”. Brock e Schwartzman (2005) enxergam que além de maximizar os recursos e mudar a gestão, os estudantes, pais, professores, dirigentes escolares têm importante, pois são capazes de melhorar o ensino. Pieri (2018) acrescenta que além da péssima qualidade, o Brasil é considerado um dos países com maiores índices de desigualdade de renda que é devido a diferença de escolaridade entre os habitantes.

Nesse sentido, Schwartzman *et al* (1993) completam que a má qualidade da prestação do serviço público gerou uma grande expansão do serviço privado, onde é encontrado uma maior qualidade do ensino, e estudantes de maior renda. Estes estudantes tendem a ingressar em universidades e cursos de maiores prestígios e encontram uma maior facilidade de entrar no mercado de trabalho, enquanto estudantes de famílias pobres tendem a usufruírem de ensino de menor qualidade e enfrentam futuramente dificuldades no mercado de trabalho. Portanto, é preciso implementação de políticas para reduzir essas desigualdades como também outras tantas para a melhoria do ensino no Brasil (Brock & Schwartzman, 2005).

2.4.6 Problemas Persistentes

Os entraves para o desenvolvimento econômico têm suas causas principalmente nas desigualdades existem no país (Santos, 2009). O processo de urbanização acarretou em uma exclusão social em que as famílias de menor renda ocupavam as áreas mais periféricas, vivendo em lugares improvisados e em situações inadequadas. A ineficiência ou a inexistência de políticas públicas não foram capazes de suprir as necessidades das periferias, logo há problemas que persistem até os dias atuais: congestionamentos nas rodovias, super lotação do transporte público, falta de saneamento básico, inexistência ou ineficácia na prestação de saúde e educação, desemprego, aumento da criminalidade e violência, assim como aumento da poluição ambiental, ocupações irregulares dentre outras complexidades (Monteiro & Veras, 2017).

Borges e Chadarevian (2010) acreditam que as desigualdades vão além da renda e da riqueza, pois aqueles com maior poder aquisitivo buscam serviços de qualidade, como saúde e educação, ressaltam também que a melhor maneira de consertar essas desigualdades é por intermédio dos impostos, mas no caso do Brasil é a tentativa do equacionamento dessas desigualdades é feita apenas por meio das políticas sociais.

Para Andrade (2015), o sistema tributário brasileiro é extremamente complexo, regressivo, injusto que privilegia a concentração de renda, e apesar de ser um dos que mais arrecadam no mundo, o retorno a sociedade é proporcionalmente baixíssimo. Moura (2017) discorre que o princípio da isonomia não é praticado, visto que os tributos embutidos sobre o consumo são pagos por todos, sem distinção de renda, logo a carga é maior para aqueles que

possuem menor capacidade contributiva. Além disso, o Brasil não se tributa como deveria sobre a renda, lucro, ganhos de capital e herança, por isso o rico sempre ficará mais rico e o pobre tende a ficar mais pobre.

Schumpeter (1954, p. 769, tradução nossa) expõe que: “Nada demonstra com tanta clareza o caráter de uma sociedade e de uma civilização quanto a política fiscal adotada pelo seu setor público”. Andrade (2015) esboça que há anos se discute a necessidade de uma reforma tributária para redução das desigualdades e tornar um sistema mais simples e eficaz, mas para Junqueira (2010), há muitos interesses envolvidos nessa questão, e os parlamentares preferem deixar como está do que perder importantes benefícios. Para Bez-Batti (2017), o país está refém da boa vontade e consenso dos governantes para melhorar as condições pós crise dos últimos anos e ir ao encontro do desenvolvimento econômico, para isso é preciso atingir pontos focais dessa problemática em vez de apenas simplificação ou redução das alíquotas.

Speck (2012) pontua que a corrupção destrói a eficiência das políticas públicas e a integridade da administração pública, tendo na reforma administrativa uma expectativa para inviabilizar os problemas. Falcão (2017) ao citar dados da ONU diz que 200 bilhões ao ano são desviados com a corrupção. A sua prática tornou-se algo cotidiano, os agentes não separaram os objetivos públicos e os privados, em que buscam se beneficiar dos seus respectivos cargos. Logo, é necessária uma reforma que dê maior transparência, *accountability*, participação da sociedade, além disso, é preciso mudar a cultura brasileira de prevalência dos interesses próprios (Filgueiras, 2009).

Há muito o que se fazer no país, Piketty (2017) prioriza a reforma tributária, discorrendo que o crescimento sustentável não será possível se continuar a preferência da concentração de renda e o agravamento da desigualdade social. Conforme Moura (2017), se existe uma maior equidade, o consumo aumentará em todas as classes, impulsionando o crescimento e ampliando as investidas do governo em políticas públicas sociais.

2.5 A Construção do Ambiente Irlandês

2.5.1 Identidade Nacional Irlandesa

De acordo com Abrantes (2018), os estudos apontam uma divergência entre os irlandeses nativos e os geneticistas e arqueólogos acerca da história irlandesa. Os irlandeses acreditam que a identidade deles surgiu com os celtas oriundos da região central da Europa, enquanto os geneticistas e arqueólogos, defendem que os primitivos foram aqueles que se deslocaram da região oeste da Europa na costa do oceano Atlântico. O arqueólogo James (1999) assegura que não existe registro dos irlandeses lutando pelo nacionalismo celta até as últimas

décadas do século XIX, tal fato só ocorreu para se libertarem do colonialismo britânico com uma invenção para alcançar a independência. Todavia, Anderson (1991 como citado em Abrantes, 2018) diz que identidade nacional, pode-se destacar como um sentimento mesmo que seja inventada ou idealizada, por isso, a identidade nacional irlandesa pode ser considerada céltica: um povo corajoso, guerreiro, batalhador, admirado e temido.

Para Abrantes (2018), a luta para conquistarem a sua própria identidade é considerada como um ponto essencial para provar aos britânicos que os irlandeses eram um outro povo, com maneiras diferentes de viver. As características irlandesas foram se desfazendo sobretudo a língua gaélica por causa da forte identidade inglesa implantada no país, e principalmente, em razão do período da Grande Fome, no qual morreram milhões de pessoas, e também devido a um elevado número de emigrações. Após fato histórico, intensificaram as investidas para conquistarem a independência, mostrando a população os valores do passado celtista.

Em 1922, a República da Irlanda conquistou sua independência diante dos ingleses, a partir disso, o governo investiu recursos a fim de preservar os aspectos gaélico-celta para não perder a herança do seu povo, como exemplo o termo “*Celtic Tiger*” que é utilizado para exaltar o rápido e elevado crescimento econômico no período de 1995 a 2008, ressaltando a capacidade, vigor e esforço dos irlandeses. (Abrantes, 218).

Segundo Brito (2009), mesmo com a globalização que proporcionou um enorme fluxo de pessoas para o país, levando consigo suas próprias identidades, é perceptível no país um foco na cultura céltica, a afirmação de que existe sim uma identidade irlandesa. Portanto, como já mencionado, a globalização é capaz de modificar ou fortificar uma identidade nacional, contudo não é realizada integralmente, assim para Abrantes (2018), a identidade irlandesa foi alterada em virtude dessa aproximação entre os países, porém suas características essenciais ainda estão em pleno vigor, em que a cultura, as atitudes, os comportamentos são perfeitamente identificáveis na região.

2.5.2 Governo

A Irlanda é uma República Parlamentar, isto é, composta pelo Presidente da República e por duas casas legislativas: Casa dos Representantes e do Senado. “O governo divide-se entre os governos central e as autoridades locais, neste caso exercido por Conselhos Municipais eleitos que se articulam a representantes governamentais nomeados pelo Governo Central” (Adrião & Azevedo, 2019, p.129). Conforme Fedrizzi (2002), o presidente é eleito por voto direto com mandato de sete anos, em que a Constituição prevê que o Chefe da República não tem poderes executivos. Essa função é realizada pelo primeiro-ministro e aos membros do gabinete do governo. A Constituição da República da Irlanda de 1937, no seu sexto artigo trata

sobre a separação dos poderes os quais são derivados do agente principal que é o povo e dos agentes secundários: Legislativo, Judiciário e Executivo (*Constitution of Ireland*, 1937).

2.5.3 Economia

A política governamental após a independência era a de alta taxaço em produtos importados, e a inviabilização de exportações, priorizando a demanda interna, para evitar a entrada de empresas inglesas. A prática empregada foi o protecionismo, isto é, manter o máximo de distância do mercado externo e prevalecer o mercado interno (McArdle, 2005). Conforme Mazzoni e Strachman (2012), uma economia protecionista sofre uma grande dificuldade de se manter já que não existem parceiros para impulsionar o desenvolvimento.

De acordo com Breathnach (1998), com esgotamento do protecionismo na década de 1950, devido aos altos índices de desemprego, níveis alarmantes de inflação, PIB baixíssimo, elevado número de emigração, péssima qualidade de vida, o país não crescia em nenhum setor da economia, por isso houve uma necessidade de mudar as práticas aplicadas e iniciar um processo de abertura econômica. Além da grave recessão, havia também a insatisfação social, pois vários países europeus tiveram um rápido crescimento após a guerra (Brito, 2009). Foi na década de 1950 que houve o início do crescimento econômico, a atração de empresas multinacionais, com a isenção de impostos sobre lucros provenientes de exportação e além de apoio financeiro, sendo um sucesso as medidas implantadas com investimento direto do estrangeiro (Mazzoni & Strachman, 2012).

A economia irlandesa estava em plena expansão, os índices estavam melhorando cada vez mais, porém os dois choques do petróleo prejudicaram as expectativas do país. Conforme Godoi (2007), a Irlanda era extremamente dependente do petróleo o que ocasionou danos sérios a sua economia no ano de 1974/75, a medida tomada foi captar empréstimos externos e adotar políticas anticíclicas para manter os índices de emprego, todavia os recursos externos com altas taxas levaram a um elevadíssimo endividamento externo, inflação alta, uma crise fiscal, principalmente após o segundo choque do petróleo, o que novamente aumentou o desemprego e conseqüentemente o fluxo de emigração.

Para Cysne (2008), as tentativas de um ajuste fiscal na década de 80, aumentando as receitas por meio da elevação dos impostos, gerou uma pequena redução no déficit primário. Godoi (2007, p.551) observa que o governo adotou uma “política monetária restritiva, com taxas de juro internas bastante superiores às internacionais, e por uma política cambial rígida”, mas o desemprego ainda existia em grande escala e a dívida pública estava descontrolada. A sociedade exigiu melhores condições de vida e uma melhora da economia, além disso, houve a

necessidade de tornar-se competitivo no mercado internacional por conta da entrada da Irlanda no Mercado Comum Europeu, assim, as classes políticas pressionadas pela sociedade entenderam a necessidade de equilibrar as contas (McCarthy, 2001).

Cysne (2008) identifica a importância do primeiro-ministro, C. Haughey, em 1987, que teve o apoio até mesmo da oposição para iniciar o crescimento exponencial da economia irlandesa, que em vez de aumentar as receitas, adotou como medida principal o corte de gastos públicos. À vista disso, a atitude do ministro ficou conhecida como “Estratégia Nacional de Desenvolvimento” que consiste na conscientização de toda a nação para empenhar-se no andamento do desenvolvimento econômico, uma vez que, para se ter um benefício coletivo, o interesse individual e os conflitos existentes entre classes devem ser deteriorados em prol do objetivo comum (Godoi, 2007).

Conforme Bresser-Pereira (2005), em uma estratégia de desenvolvimento, o governo atua como intermediador entre os empresários, os grupos sociais e econômicos evitando os conflitos que podem surgir. E para Godoi (2007), existe uma grande dificuldade de sanar tais conflitos, contudo todos devem ser representados efetivamente, sem ferir a Constituição, tendo assim um governo autônomo e isento nas negociações, em que as respectivas partes devem esclarecer suas decisões e se responsabilizarem perante os outros.

2.5.3.1 Pacto Social

O primeiro pacto social, 1987-1990, o foco principal era a contenção de aumentos dos salários do setor público e privado como forma de equilibrar e manter a disciplina em relação ao pagamento dos tributos, assim como, preservar a competitividade para o crescimento. (Brito, 2009). Além disso, salientam Cardoso, Corrêa e Lima (2009) que nesse período, o governo solicitou uma maior pacificidade nas relações trabalhista, em contrapartida, corroborou em reformar o sistema tributário em prol dos trabalhadores.

Cysne (2008) evidencia contenção dos gastos públicos, conversão da taxa de câmbio aos moldes da Europa, diminuição da inflação e do imposto de renda, diminuição das taxas de juros através de uma política monetária, programa de desligamento voluntário para a redução dos servidores públicos. Detalham ainda, que o governo, no decorrer do programa, compreendeu que para se ter um eficiente ajuste fiscal era preciso continuar o trabalho iniciado em 1987, à vista disso as negociações deveriam ser acordadas a cada três anos, com o intuito de aprimorar e aplicar certas mudanças.

As medidas foram colocadas em prática e a situação foi seguindo um rumo de estabilização e crescimento, o governo, além de controlar o programa, constatou a necessidade de pautar a problemática que atingia o país no ano de 1990: a forte emigração e os níveis

assustadores de desemprego. Ao serem regulados, à coesão social, o desenvolvimento regional e a erradicação da pobreza foram os tópicos seguintes. (Prata, 2014).

Há alguns pontos que são relevantes, primeiramente, o incentivo as empresas a se estabelecerem no país mediante a baixas taxas nas atividades manufatureiras e de exportação (Brito, 2009). Segundamente, Cardoso *et al.* (2009) elucidam que a Irlanda se beneficiou de recursos da União Europeia (UE) que ajudaram no investimento em infraestrutura para acompanhar as necessidades da evolução econômica, na reestruturação fiscal e econômica do país. Godoi (2007) aponta que no pacto social, o governo ao conceder anistia tributária adicionado a futuras punições severas, adquiriu assim, um resultado positivo na redução da sonegação. Por fim, os agentes envolvidos nas reformas identificaram que o desenvolvimento econômico só era possível caso houvesse um equilíbrio das finanças públicas e assim cessaram os conflitos em favorecimento do coletivo (Honohan e Walsh, 2002).

Godoi (2007, p.558) afirma que a “herança” deixada pela nação inglesa de oferecer um trabalho eficaz com baixo nível de corrupção no serviço público, transmitiu uma maior confiabilidade nas negociações, e também ao ceder a redução de funcionários e corte de gastos e ao garantir que “alguns direitos mínimos, basicamente seguro-desemprego, educação e saúde, não seriam afetados pelos cortes”. Por conseguinte, esse ambiente propiciou a diminuição das incertezas e dando uma maior credibilidade as instituições, proporcionando investimentos na economia e por sua vez o seu desenvolvimento.

Observa-se que além da identidade nacional, do pacto social, da abertura da economia, da adesão a UE e da desvinculação com a libra, outros fatores como a atração de investimento direto do estrangeiro (IDE), os avanços da tecnologia, o capital humano e a organização industrial que levaram o país a ser conhecido como *Celtic Tiger*. (McCarthy, 2001).

2.5.3.2 Investimento Direto do Estrangeiro

Segundo Brazys e Regan (2016), o comportamento do Investimento Direto do Estrangeiro sobre o desenvolvimento na Irlanda teve com personagem principal o Estado que através de políticas incentivou o empreendedorismo: atrativos oferecidos em relação às taxas de juros, além disso, outras variáveis também contribuíram para o forte investimento tendo como exemplo “ garantia de assistência, isenções fiscais, liberdade para repatriação de lucros, livre acesso aos demais países da Comunidade Europeia” (Cardoso *et al.*, 2009, p.87).

A década de 70 foi elementar, o ingresso na UE o qual promoveu o livre comércio, a possibilidade de acordar investimentos entre os países, conseqüentemente, gerou atrativos externos, ao passo que aumentou a quantidade de concorrentes baseados nas mesmas regras, ou seja, era necessária uma política para se diferenciar dos outros países. (Prata, 2014).

Assim, Mazzoni & Strachman (2012) comentam que o governo adotou uma excelente estratégia para alavancar a sua economia. Ao perceber as futuras tendências e a localidade favorável, decidiu investir na área da tecnologia e da farmacêutica que tinham relativamente um custo baixo e um retorno altíssimo. A partir disso, foi incentivando empresas dessas áreas para se estabelecerem no país, principalmente, empresas americanas que enxergaram a Irlanda como uma porta de abertura para a expansão do negócio na Europa (Brito, 2009). Roche, O'Shea, Allen & Breznitz (2008) notificam que o país se tornou um dos maiores consumidores de minicomputadores do mundo, e assim foi possível a eclosão de empresas nacionais e internacionais de software, já que havia mercado nessa área.

O governo irlandês queria profissionais nativos nas multinacionais (MCs), visto que a mão de obra irlandesa qualificada estava apenas no setor de venda e marketing, desse modo o governo através de políticas públicas incentivou o estudo focado na área da tecnologia. Já com os profissionais irlandeses em áreas estratégicas dentro das MCs, adquiriram uma maior qualificação e a capacidade de empreitarem no seu próprio negócio, assim se deu as primeiras *startups*, que iniciaram um processo virtuoso, na medida que se tornaram um instrumento de treinamento para o surgimento de novas *startups* (Roche *et al.*, 2008). McCarthy (2001) salienta que foi um período em que houve um maior vínculo entre as multinacionais e as companhias domésticas, possibilitando o aperfeiçoamento das técnicas empresariais.

Nesse sentido, as táticas adotadas pelo Estado em particular no final dos anos 80 proporcionaram a construção de um *cluster* de alta tecnologia em razão das multinacionais, do surgimento de empresas nativas que atenderam as demandas internas e buscaram também a exportação (Cardoso, 2018). Venkataraman (2004) trata que para se obter um *cluster* virtuoso é imprescindível uma infraestrutura sólida na área da educação, transporte, comunicação dentre outras sendo uma base para dar o suporte ao crescimento.

Roche *et al.* (2008) frisam que a década de 90 foi um período de êxtase para a Irlanda ao surgir inúmeras empresas voltadas à exportação. Destacam também que a atração de IDE resgatou os profissionais que haviam emigrado em busca de melhores condições no mercado de trabalho. Conforme Brazys e Regan (2016), até o final de 2000, a Irlanda foi considerada a segunda maior exportadora de software mundial, um motivo para tal façanha foi o investimento de líderes nessa vertente: Microsoft, Apple, Intel. A alta especulação em relação as expectativas futuras desaceleraram o andamento da tecnologia mundial com o *crash* da bolha de tecnologia no início do novo século. Não obstante, comparando a outras, a Irlanda resistiu muito bem a essa crise (Roche *et al.*, 2008).

Para Brazys e Regan (2016), a partir de 2004, o setor de tecnologia retomou a crescente produtividade devido ao “Efeito *Google*” a chegada da empresa *Google* a qual incentivou outras grandes empresas a se firmarem na Irlanda. Verificou-se uma escassez de profissionais capacitados no mercado, pois a disparada dos empregos exigiu a necessidade de uma mão de obra mais qualificada (Roche *et al.*, 2008). Em decorrência disso, Cardoso (2018) assenta que o governo irlandês concedeu vistos de trabalho para imigrantes. Assim foi expandindo ainda mais a economia, os empreendimentos foram aparecendo, muitas vagas em subempregos, as quais a população irlandesa não foi capaz de suprir completamente, logo a segunda onda imigratória foi de pessoas com baixa qualificação para ocuparem cargos como por exemplo em restaurantes e hotéis.

A atração de IDE mostra que as estratégias foram bem sucedidas que levaram ao *clusters* principalmente tecnológico e a alta da exportação (Buckley & Ruane, 2006). Burnham (2003) explana que a base da formação do crescimento econômico foi o investimento em educação com a intenção de qualificar a população para ser competitiva no mercado, de maneira que para Breathnach (1998) gerou inúmeros IDE devido a mão de obra qualificada e barata.

2.5.4 Educação

Viana e Lima (2010) versam que a educação além de alterar o desempenho econômico também é relevante em aspectos não econômicos, ao adquirir conhecimento o indivíduo cria uma melhor consciência em termos sociais, políticos e culturais, e também se conscientiza em relação à moral e a ética. Barros e Mendonça (1997) englobam que os investimentos em educação são benéficos tanto para os que se educam quanto aos que estão ao seu redor.

Prata (2014) menciona um relatório realizado pela OCDE a respeito da educação na Irlanda em 1965, o qual o resultado obtido evidenciara a educação como elemento fundamental para a melhoria da sociedade irlandesa e de sua economia, fato confirmado décadas depois. Em 1967, o governo observou que a sua estratégia de alavancar a economia só era possível se tivesse uma população com um nível considerável de educação, ao investir nessa área viabilizou a chegada de uma força de trabalho capacitada (McCarthy, 2001).

Na década de 80, uma enorme quantidade de jovens formados e com qualificação desejavam a inserção no mercado de trabalho, no entanto a economia em crise não gerava empregos. A emigração foi certa, logo a educação não tem um papel direto no desenvolvimento econômico, mas sem ela o mesmo não era possível (Fedrizzi, 2002). Posteriormente, com o boom econômico de 1990 devido ao pacto social, acarretou a retomada dos profissionais qualificados ao seu país de origem devido a expansão do emprego (Brito, 2009).

O sistema educacional irlandês, por Barry (2013), entrou no novo século produzindo uma das maiores proporções mundiais de jovens com qualificações em ciências e engenharia. As empresas nacionais e as multinacionais utilizavam principalmente tecnólogos recém-formados para colocarem em prática tecnologias mais recentes. Como resultado, a força de trabalho era mais moderna e mais adequada à inovação do que a maioria dos outros locais europeus (Roche *et al.*, 2008).

Portanto, a mudança no sistema educacional do país foi um fator que facilitou a aceleração do crescimento da economia irlandesa, o resultado como um todo, diante dos investimentos educacionais e também em outras áreas, combinadas com as melhorias nas políticas governamentais, em particular do corte de gastos, incentivaram a atração de investimentos por agrupar profissionais qualificados, sendo uma das economias que mais atraem IDE sobretudo no setor de alta tecnologia (Burnham, 2003).

2.5.5 Saúde

O pacto social não interferiu nos investimentos em educação e saúde, a tendência era manter os níveis de investimento em saúde e depois aumentá-los gradativamente. Porém, nota-se que um terço da população tem acesso gratuito aos cuidados de saúde, o restante tem acesso a hospitais públicos a uma certa taxa, mas há muitos com seguro de saúde privado. Devido a essa realidade, há discussões sobre a eficácia e equidade do sistema geral de saúde irlandês (McCarthy, 2001).

Em conformidade, Pimenta (2018) diz que o sistema de saúde público da Irlanda não é gratuito até mesmo aos próprios irlandeses, com exceção aqueles cidadãos que possuem o *Medical Card*¹, o sistema de saúde público é cobrado, a única vantagem é o custo ser mais vantajoso que o sistema privado. Portanto, o sistema de saúde precisa de uma reforma, um dos temas mais debatidos nos termos do governo, é preciso uma modernização, é imprescindível a atualização constante dessa área para atender às expectativas da população, e em particular para assegurar uma força de trabalho saudável com habilidades de alto valor.

2.5.6 O Crash de 2008

Para Godoi (2007), com a economia em níveis extraordinários, passava uma maior confiança aos agentes financeiros, assim os bancos a partir de 2003 aumentaram os créditos com uma baixa taxa de juros. Esse contexto de êxtase econômico-social fez com que a oferta

¹ Pimenta (2018): “Benefício fornecido a cidadãos da UE que garante tratamento e exames gratuitos a cidadãos desempregados que comprovem não poderem pagar pelas despesas, crianças até 6 anos e idosos aposentados”.

de crédito fosse utilizada principalmente em atividades no setor imobiliário: crescimento no setor de construção e aumento no preço dos imóveis devido à forte expansão populacional. A bolha imobiliária promoveu a estabilização e posteriormente a queda dos preços dos imóveis. Consequentemente, o mercado imobiliário e o financeiro foram os mais afetados, e posteriormente a economia foi impactada como todo, chegando ao setor tecnológico principalmente por essa área ser quase que integralmente voltada à exportação.

Cardoso (2018) demonstra que a dívida pública teve um elevado crescimento devido a tentativa do governo de estabilizar o mercado sem o auxílio de recursos externos. Acrescenta Terlica (2013) que ao resgatar as instituições financeiras para equilibrar seus respectivos balanços, a dívida pública se elevou, sendo uma das maiores da UE e atingindo o trabalhador irlandês, desencadeando em altas taxas de desemprego.

Por conseguinte, o decréscimo econômico, a queda na arrecadação, a alta da dívida pública e o desemprego que já era realidade direcionaram o Estado, no ano de 2010, a recorrer ao *Troika* (Instituição formada pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu - BCE e Fundo Monetário Internacional - FMI) por intervenção de políticas de austeridade a fim de restaurar as contas públicas, ajustar a economia para a retomada do crescimento. (Lima, 2012).

Mesmo com as medidas de austeridade do *Troika*, Cardoso (2018) afirma que para se obter crescimento em um mercado completamente deteriorado, é indispensável que o setor exportador tenha um balanço positivo. Como a exportação irlandesa é basicamente de alta tecnologia que foi a menos atingida com a crise e tendo a capacidade de recuperação mais veloz por existir bastante demanda por essa área, serviu como uma válvula de escape do governo para começar a reestruturação da economia, particularmente devido ao “Efeito *Google*”.

Portanto, de acordo com Terlica (2013), os programas de austeridade ordenados pelo *Troika* proveram sim o crescimento da economia, porém em uma escala mínima em comparação ao fator exportação que compensou os déficits internos possibilitando o equilíbrio orçamentário e por consequência o aumento do PIB. Enquanto outros países que enfrentaram os mesmos problemas econômicos demoraram para se recuperar da crise, a Irlanda por ação da exportação se recuperou mais cedo e manteve o crescimento muito mais alto (Kinsella, 2016).

O governo decidiu encerrar o programa de austeridade em 2013, pois identificaram que a confiança dos investidores estava consideravelmente elevada, o déficit e a dívida pública estavam se reduzindo gradativamente, os bancos foram reestruturados e a tendência era a completa estabilização e a expectativa era de um futuro melhor para o país, sem contar a crescente melhora na competitividade externa, logo, a perspectiva dos próximos anos era de uma retomada do desenvolvimento econômico. (Pinto, 2014).

3. METODOLOGIA

Para a consecução do objetivo do presente trabalho, utilizou-se a abordagem qualitativa. Conforme Godoy (1995, p.58), através da abordagem qualitativa obtém-se dados descritivos devido a interação direta do pesquisador com a situação estudada. Tal abordagem foi empregada ao comparar os indicadores de desenvolvimento econômico entre o Brasil e a Irlanda. Dado que a experiência irlandesa possui particularidades importantes para o caso brasileiro: por também ter sido colonizada, por ter superado os choques do petróleo, como também as tentativas de reduzir a inflação que aumentaram o endividamento, a carga tributária, e por conseguir sair de um status de subdesenvolvido para um país desenvolvido em um período relativamente curto (Godoi, 2007).

O método aplicado foi de pesquisa exploratória. De acordo com Gil (1996, p.4), ao utilizar a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Dessa forma, por meio do levantamento realizado permitiu uma maior familiaridade e um melhor compreensão do desenvolvimento econômico do Brasil e da Irlanda durante suas respectivas histórias.

Salienta-se que a análise comparativa deveria ser realizada após a Segunda Guerra Mundial até o presente momento, no entanto foram considerados os períodos os quais os dados estavam disponíveis.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

Para ser iniciada a análise é importante destacar os aspectos estruturais dos países da amostra, o primeiro deles está relacionado com o território. A área territorial do Brasil tem cerca de 8.516 milhões km², enquanto o da Irlanda é de 70,273 km². A seguir será detalhado o aspecto populacional e do produto interno bruto.

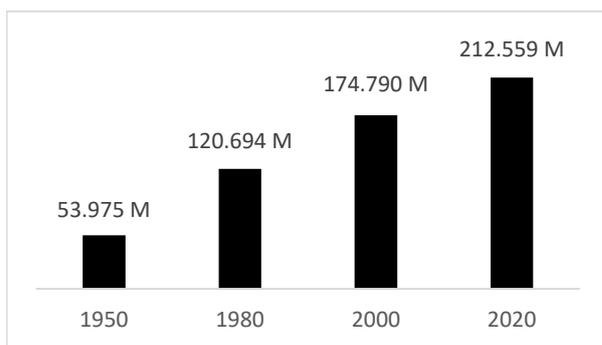


Figura 1. População do Brasil

Fonte: Adaptado de United Nations: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/>

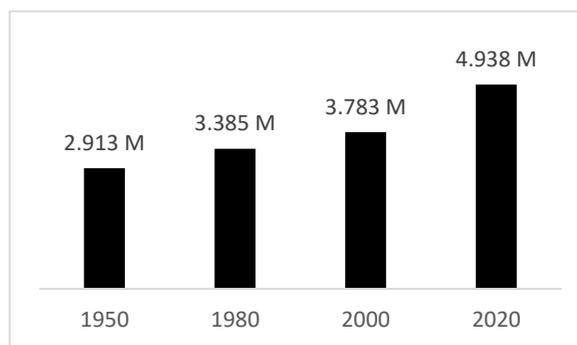


Figura 2. População da Irlanda

Fonte: Adaptado de United Nations: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/>

Comparando as Figuras 1 e 2, a população brasileira sempre foi extremamente maior que a irlandesa, uma média de 37 vezes acima em relação as décadas analisadas, e assim, como na Figura 3, o PIB brasileiro também supera o PIB irlandês. Todavia, repara-se que as médias de crescimento anuais são próximas, no Brasil 9,79% com desvio padrão de $\pm 16,23$ e na Irlanda 9,83%, desvio padrão de $\pm 9,79$. Em contrapartida, o PIB per capita da Irlanda é melhor (Figura 4), e cresceu a uma média de 8,79% a.a. com um desvio padrão de $\pm 9,63$, e o brasileiro a 7,79% a.a., desvio padrão de $\pm 15,86$.



Figura 3. Evolução do PIB

Fonte: Banco Mundial. *PIB (US\$)*. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKT.P.CD?locations=BR-IE>



Figura 4. Evolução do PIB per capita

Fonte: Banco Mundial. *PIB per capita (US\$)*. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?end=2019&locations=BR-IE&start=1960&view=chart>

Pode-se pensar que não é cabível comparar esses dois países devido suas discrepâncias, o Brasil por ser muito maior territorialmente, tem também uma estrutura administrativa diferente, entretanto possui mais recursos naturais, monetários e humanos do que a Irlanda, que por sua vez, mesmo com as limitações, alcançou resultados melhores. Em um certo período, os países seguiram uma mesma linha de pensamento e posteriormente tomaram atitudes que os levaram a lados opostos. Então, a seguir serão apresentados os principais aspectos no contexto econômico, social e político entre os dois países, tendo em vista que o conjunto desses aspectos compõem o desenvolvimento econômico (Rattner, 1977).

4.1 Aspectos econômicos

Os aspectos econômicos serão esmiuçados, primeiramente a questão do crescimento do PIB apresentado na Figura 5. Observa-se que os países tendem a não seguir a mesma trajetória, os motivos serão detalhados a seguir.

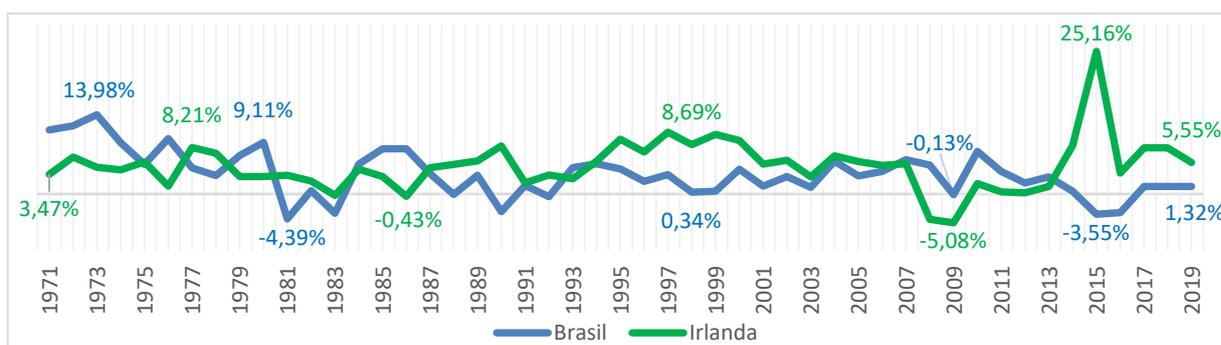


Figura 5. Crescimento do Produto Interno Bruto

Fonte: Banco Mundial. *Crescimento do PIB (% anual)*. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR-IE&view=chart>

O Brasil adentrou a década de 70 com um PIB maior, chegando em 1973 a 13,98%, em virtude das correções realizadas durante o regime militar que favoreceu essa elevada taxa (Gremaud *et al.*, 1997). No caso irlandês, logo após a abertura econômica, o governo vigente visando o crescimento econômico impulsionou a economia através de atração de IDE, o crescimento do PIB foi gradativo alcançando 3,47% em 1971 (Figura 5).

Constata-se uma queda no crescimento do PIB dos dois países em meados de 1973, provavelmente em decorrência do primeiro choque do petróleo. As medidas tomadas para manter o crescimento foram as mesmas, como afirmam Godoi (2007) e Resende *et al.* (2018), o financiamento externo com juros flutuantes que consequentemente aumentaram a dívida, no entanto com o segundo choque do petróleo a situação piorou, no Brasil um brusco decréscimo do PIB de 9,11% em 1980 para negativos 4,39% em 1981, na Irlanda o PIB decresceu de 8,21% em 1977 para negativos 0,43% em 1986.

A década de 80 foi elementar, a atitude tomada pelos respectivos países os conduziu em rumos distintos. Enquanto no Brasil ocorriam lutas sociais e políticas, desequilíbrios nas contas públicas, planos monetários ineficazes apenas para controlar a inflação (Resende *et al.*, 2018), a Irlanda buscava uma maneira para alavancar a economia, e assim surgiu o Pacto Social (Godoi, 2007).

Na Figura 5, embora as taxas oscilem, possivelmente devido as tentativas de recuperação econômica, percebe-se que em 1987 a situação irlandesa tende ao crescimento, o que se estende até 2007, praticamente em todo o período o PIB irlandês é maior. A Irlanda sofreu mais com a crise de 2008, um decréscimo do PIB em negativos 5,08% em 2009 e o Brasil a negativos 0,13%. Após a crise a Irlanda teve uma melhor recuperação, com um percentual de 25,16% em 2015 e que ainda em 2019 permanece superior ao Brasil.

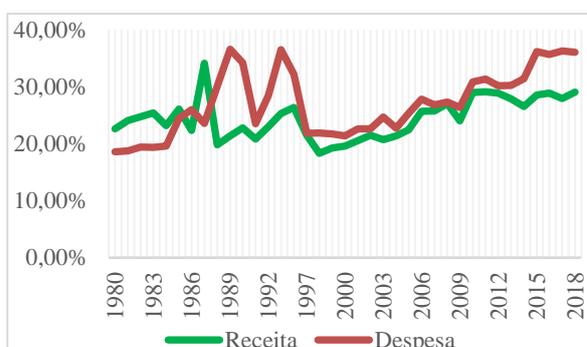


Figura 6. Receitas e despesas (Brasil)
 Fonte: Banco Mundial. *Receitas e Despesas*.
 Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicator/GC.R.EV.XGRT.GD.ZS?locations=BR-IE&view=chart>

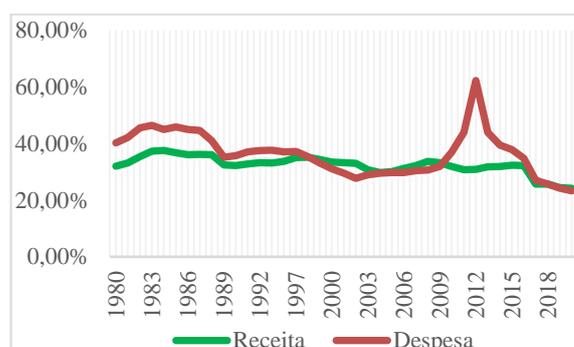


Figura 7. Receitas e despesas (Irlanda)
 Fonte: Banco Mundial. *Receitas e Despesas*.
 Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicator/GC.XPN.TOTL.GD.ZS?locations=BR-IE&view=chart>

Na Figura 6, percebe-se que praticamente em todo o período analisado as despesas prevalecem sobre as receitas, estas cresceram em média 1,68% ao ano com desvio padrão de $\pm 14,09$, ao passo que aquelas 2,74% com um desvio padrão de $\pm 13,28$. A despesa teve uma queda considerável em relação ao PIB em 1993 de 36,51% para 21,37% em 2000 aproximando-se da receita. Após esse período, as receitas e despesas foram crescendo gradualmente, ganhando destaque a partir de 2010, no governo Dilma, pois houve um maior distanciamento entre as variáveis. Na Irlanda, Figura 7, nota-se que anteriormente ao Pacto Social as despesas eram superiores as receitas, todavia obteve-se equilíbrio de 1998 até 2009. Na crise de 2008, no intuito de restaurar a economia, o governo aumentou despesas (Terlica, 2013), atingindo uma taxa em relação ao PIB de 62,23% em 2012, o que corrobora com Lima (2012) ao dizer que houve a urgência de recorrer ao *Troika*.

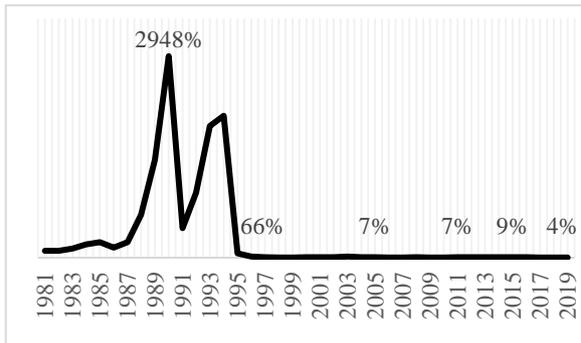


Figura 8. Inflação no Brasil

Fonte: Banco Mundial. *Inflação*. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG?locations=BR-IE&view=chart>

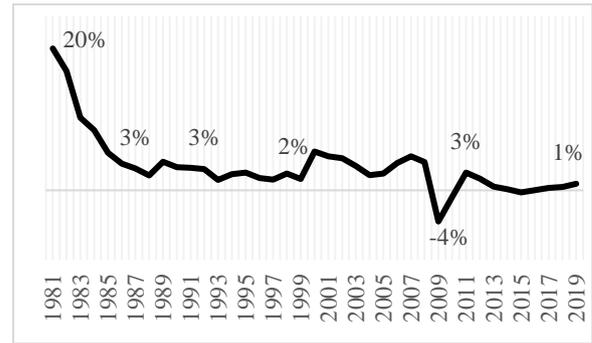


Figura 9. Inflação na Irlanda

Fonte: Banco Mundial. *Inflação*. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG?locations=BR-IE&view=chart>

Verifica-se a diferença significativa no resultado da política de resgate da economia adotada por cada país, no Brasil por mais de 15 anos as ações firmadas por cada novo governo eram ineficientes, a curva inflacionária aumentava descontroladamente atingindo níveis alarmantes (Resende *et al.*, 2018), cerca de 2948% ao ano em 1990 (Figura 8), somente sendo estabilizada a partir de 1996 com a Plano Real.

Na Irlanda, Figura 9, à medida que as tentativas de recuperação foram sendo implementadas, outras variáveis também foram beneficiadas, como por exemplo, o crescimento do PIB anual, receitas e despesas e a inflação que estava em 1981 em 20% ao ano, foi decrescendo gradativamente, em 2009 ocorreu uma deflação e nos períodos subsequentes tendeu a normalidade.

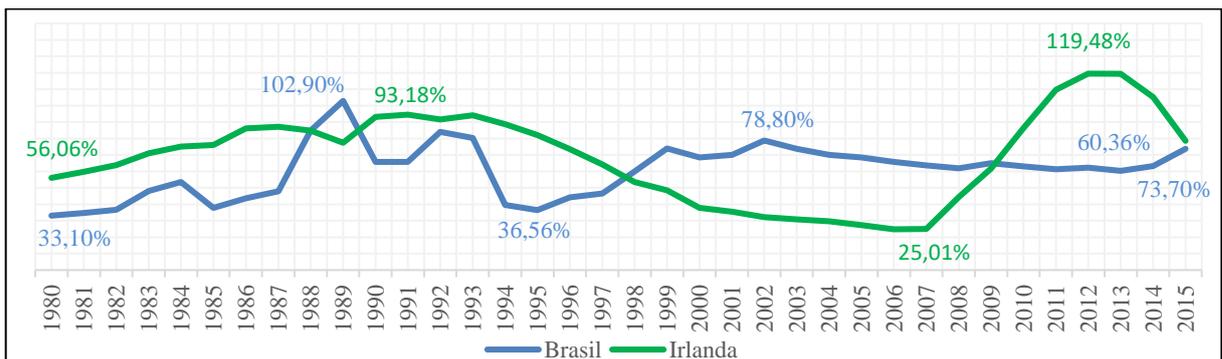


Figura 10. Dívida Pública

Fonte: Adaptado de International Monetary Fund. *Historical Public Debt Database*. Retrieved from <https://data.imf.org/?sk=806ed027-520d-497f-9052-63ec199f5e63>

Embora o Plano Real tenha surtido efeito no controle da inflação, tanto que foi mantido nos governos subsequente, o desequilíbrio das contas públicas e a dívida pública ainda são um grande problema para o governo brasileiro. Na Figura 10, na década de 80, a dívida pública em relação ao PIB elevou-se alcançando surpreendentemente 102,90% em 1989, o que corrobora

com Buescu (2011) ao dizer que as tentativas de equilibrar o orçamento foi por meio do endividamento com juros flutuantes. Apesar de na primeira metade da década de 90 esse percentual ter caído a 36,56% do PIB em 1995, não foi um fator para melhorar a situação econômica, tanto que na segunda metade da década o percentual voltou a subir. No governo Lula controlou-se a subida da dívida pública constatando que em 2002 a taxa de 78,80% passou para 60,36% em 2013, e no segundo governo Dilma aumentou, atingindo entorno de 73,70% em 2015.

Na Irlanda, a dívida pública que em 1980 encontrava-se a 56,06% do PIB elevando-se a 93,18% em 1990, após o Pacto Social a situação foi controlada, a redução a cada ano foi significativa, tendo o seu menor percentual em 2007 apenas 25,01% da dívida pública em relação ao PIB. A dívida pública elevou-se abruptamente a partir de 2008 provavelmente em razão da necessidade do governo irlandês de resgatar as instituições financeiras para equacionar os seus balanços, chegando a uma taxa de 119,48% do PIB em 2012.

Em conformidade com Mazzoni e Strachman (2012, além do Pacto Social que foi um fator que proporcionou a mudança de direção entre os países, pelo resgate da economia, destaca-se também as investidas do governo irlandês na atração de IDE principalmente para as áreas da ciência, tecnologia e inovação (C, T&I).

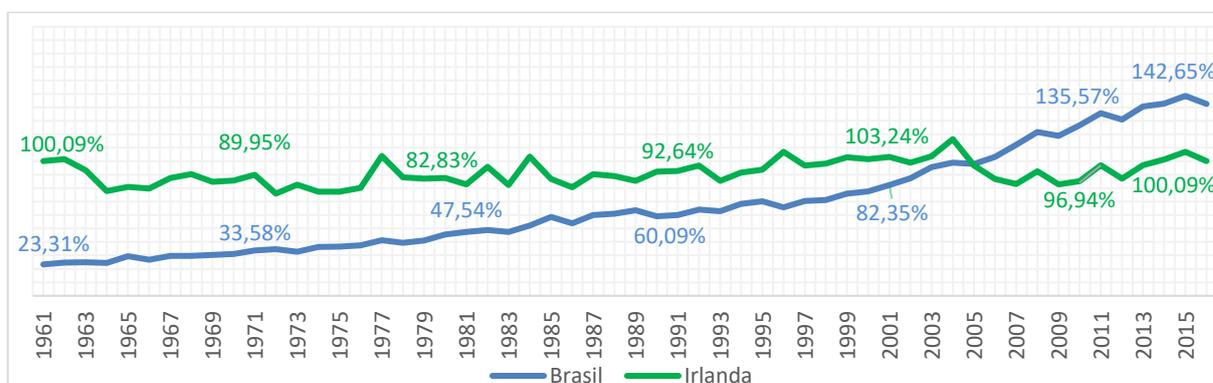


Figura 11. Índice de produção agrícola

Fonte: Banco Mundial. *Índice de produção agrícola.* Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/AG.PRD.CROP.XD?locations=BR-IE&view=chart>

Ao comparar o índice de produção agrícola na Figura 11, enquanto a Irlanda segue uma linha constante de produtividade no setor agrícola por mudar o foco de sua economia para a área de C, T&I, o Brasil tende ao crescimento contínuo na produção agrícola já que a sua economia é fundamentada nesse setor e hoje sendo um dos maiores exportadores mundiais. Nessa continuidade, a Tabela 1 compara como foi conduzida as políticas voltadas para essas áreas em relação aos dois países.

Tabela 1

Políticas implantadas na área tecnológica

Política Geral	Brasil	Irlanda
Duração	Políticas são abandonadas ou alteradas em razão de objetivos que não estão relacionados com C,T&I ou com os setores produtivos, como objetivos macroeconômicos; as políticas para IDE, C, T&I e industriais, em geral, são políticas de governos específicos e não de Estado.	Continuidade das políticas, com mudanças de ferramentas de atuação; as políticas para IDE, C, T&I e industriais, em geral, são políticas de Estado e não somente de governos específicos
Critério para seleção de setores	Seleção com base nos estrangulamentos externos na balança de pagamentos; com a PITCE, a partir de 2003, é realçado o interesse em inserir o Brasil como produtor e exportador de tecnologia, mas sem medidas mais fortes e coordenadas de apoio à consecução de tal objetivo.	Setores em que o país pode criar vantagens comparativas, mesmo que não as tenha no momento da seleção, priorizando os setores mais dinâmicos em termos de mercado e tecnologia.
Setores selecionados	Variados: informática, nos anos 1970; a PITCE, desde 2003, selecionou os setores farmacêutico, de <i>software</i> , bens de capital, semicondutores e alguns setores portadores do futuro, como biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.	Farmacêutico, eletroeletrônicos, nos anos 1970; ciências da vida e tecnologia da informação e comunicação, a partir dos anos 1990.
Foco	Historicamente, atração de MNCs, mas estímulo a estas e às empresas nacionais, sobretudo para atender ao mercado interno; a partir de 1999 e, sobretudo, de 2003, as exportações são mais enfatizadas.	Atração de MNCs para exportação, geração de empregos e estímulo a atividades relacionadas à geração de conhecimento.
Instrumento de apoio	Ainda não estão completamente definidos; há alguns incentivos fiscais e financeiros aos investimentos físicos e também a P&D; mas há pouca articulação entre BNDES (investimentos físicos, sobretudo) e Finep (investimentos em P&D); entretanto, a política macroeconômica atua geralmente em sentido contrário à política industrial, descontinuando os instrumentos e medidas adotados.	Concessões fiscais e financeiras relacionadas a investimentos em capital físico e exportações; nos anos 1990, os incentivos se voltaram sobretudo para C, T&I, com subsídios para laboratórios e treinamento, e benefícios fiscais de 20% sobre IR para P&D realizado no país.
Abertura ao comércio	Proteção do mercado interno e ausência de concorrência com importações, garantindo a demanda para as empresas; posteriormente, a rápida abertura forçou a adaptação acelerada a produtos e serviços com maior conteúdo tecnológico, descontinuando várias cadeias produtivas.	Em 1950, o mercado interno foi aberto para concorrência externa, pois a inserção internacional era ainda mais necessária, devido ao reduzido mercado interno.
Agências de apoio	As agências mais importantes são estritamente governamentais; as políticas são muitas vezes alteradas com as mudanças de governo, dificultando a interação com o setor produtivo.	Forte ligação das agências (IDA e EI) com as MNCs e empresas nacionais; no início da década de 1990, apesar de algumas mudanças incrementais, este formato institucional se manteve.
Educação e interação de inovadores	Há alguma tentativa de dinamização da educação como um todo e do ensino superior, em especial; as iniciativas de pesquisa em conjunto com empresas ainda são esparsas.	Reestruturação do ensino em geral, com cursos técnicos e dinamização do ensino superior; institutos do governo fazem pesquisas em parceria com empresas.
Em software	O desenvolvimento das empresas deu-se em ambiente protegido até os anos 1990; com a abertura, as empresas brasileiras restringiram-se a nichos de mercados e os produtos de maior uso e difusão foram dominados pelas MNCs; na atual política, almeja-se ampliar a participação no comércio mundial de serviços, com atração de MNCs ou terceirização de atividades para estas empresas, em papel semelhante ao da Índia.	As empresas nacionais aproveitam-se dos transbordamentos das MNCs, por exemplo, quanto a treinamento de mão de obra, padronização internacional etc.

Fonte: Mazzoni e Strachman (2012, p.324).

Conforme a Tabela 1, os governantes brasileiros não apoiavam investidas em C, T&I, isso também inclui pesquisa e desenvolvimento (P&D) e educação nessas áreas, pois são questões trabalhadas de acordo com a pauta de cada governo, tornando as agências governamentais mais rígidas e atreladas aos objetivos políticos, a circunstância teve seus primeiros sinais de mudança apenas no novo século com o lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), ainda assim com menor intensidade do que outros setores econômicos.

Na Irlanda, abriu-se a economia mais cedo para fortificar seu mercado interno, atraiu IDE e MNCs por meio dos incentivos fiscais, aumentou gastos em P&D para tornar as empresas nativas mais competitivas em relação as multinacionais estabelecidas no país como também no exterior, incentivou a população através de políticas públicas a estudar cursos voltados a C,T&I por ser pauta das políticas econômicas de Estado, um trabalho mais flexível e independente das agências governamentais sendo o intermediador de atração de IDE, de parcerias entre empresas nativas e multinacionais e entre universidades e multinacionais para P&D.

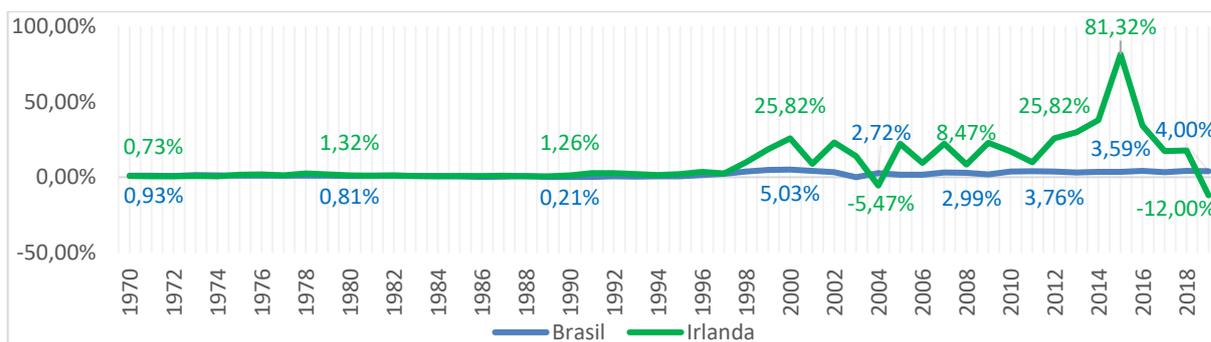


Figura 12. Entradas líquidas de Investimento Direto do Estrangeiro

Fonte: Banco Mundial. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS?locations=BR-IE&view=chart>

A Figura 12 demonstra que no Brasil desde 1970 até 2019 mantém uma constância em relação as entradas líquidas de IDE. Embora a Irlanda tenha uma taxa maior, percebe-se que até 1997 não havia tanta discrepância, contudo, a potencialidade do investimento estrangeiro no país ganha destaque após o boom econômico, a qual distanciou esses valores, tanto que entrou ao novo século com uma taxa 25,82% do PIB. Posteriormente, ocorreram oscilações até que a partir de 2011 teve um crescimento extraordinário, aproximando-se de 81,32% em 2015, após atingir esse patamar, rapara-se que a taxa de entradas líquidas de IDE foi reduzindo paulatinamente, e em 2019 tocou a uma taxa de negativos 12% em relação ao PIB.

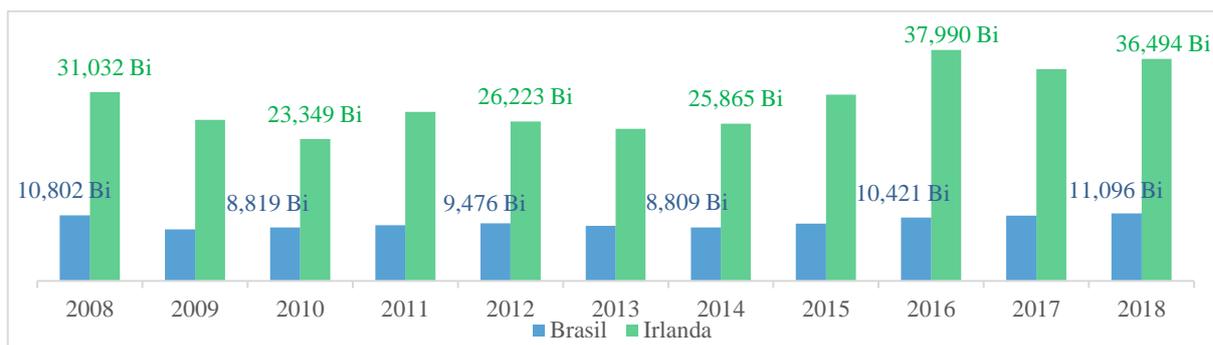


Figura 13. Exportação de alta tecnologia

Fonte: Adaptado de Banco Mundial. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/TX.VAL.TECH.CD?locations=BR-IE&view=chart>

Em conformidade com Cardoso (2018), no caso irlandês, as investidas do governo de disparar o crescimento tiveram ótimos resultados com o mercado voltado para a exportação de alta tecnologia. Os dados apontados pela Figura 13 denotam que, nos 10 anos analisados, a Irlanda exportou muito mais que o Brasil, respectivamente no último levantamento um valor de US\$ 36,494 bilhões e US\$ 11,096 bilhões.

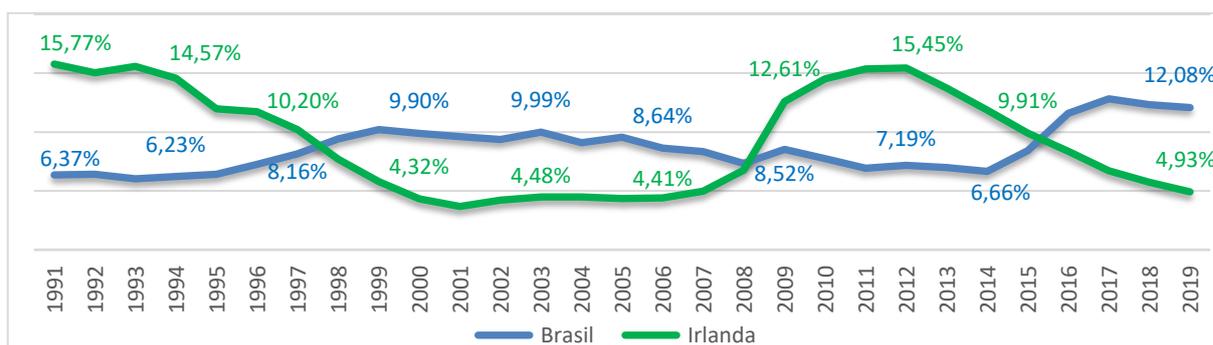


Figura 14. Desemprego

Fonte: Banco Mundial. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/SL.UEM.TOTL.ZS?locations=BR-IE&view=chart>

Na Figura 14, a média de desemprego durante o período analisado é maior na Irlanda do que no Brasil, respectivamente, 9,28% e 8,61% da força de trabalho. Esse valor superior na média irlandesa decorre do período, 1991 - 1997, em que a taxa de desemprego estava reduzindo, como também após a crise de 2008, visto que no período de estabilidade, 1998 - 2008, as taxas são menores na Irlanda do que no Brasil. Ao atingir 15,45% em 2012, as medidas do *troika* e as ofensivas do governo em cativar mais IDE recuperaram os índices anteriores à crise, colocando o cidadão novamente no mercado de trabalho. (Lima, 2012). No Brasil, durante o governo Lula, repara-se que a taxa de desemprego que se encontrava em 9,90% em 2000 caiu para 6,66% em 2014, contudo com a crise, que se instalou no Brasil nos anos subsequentes, ocorreu um elevado aumento do desemprego, alcançando uma taxa de 12,08% em 2019.

4.2 Aspectos sociais

Essa parte será direcionada aos aspectos sociais os quais se caracterizam também por serem elementos que contribuem para o desenvolvimento econômico de um país. Antes disso, o Brasil por ser um país subdesenvolvido pode-se pensar que possui uma das menores economias do mundo em termos monetários ou até mesmo que se tributa proporcionalmente ao seu status econômico.

Tabela 2

Ranking maiores economias do mundo

Posição	País	Produto Interno Bruto
1º	Estados Unidos	21,3 trilhões
2º	China	14,2 trilhões
3º	Japão	5,1 trilhões
4º	Alemanha	4 trilhões
5º	Índia	3 trilhões
6º	Reino Unido	2,8 trilhões
7º	França	2,7 trilhões
8º	Itália	2 trilhões
9º	Brasil	1,9 trilhões
10º	Canadá	1,8 trilhões

Fonte: IMF. (2019). *World Economic Outlook*. Retrieved from <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/02/weodat/index.aspx>

A Tabela 2 demonstra que na realidade a situação é bem diferente do que as pessoas imaginam, mesmo porque investe-se em infraestrutura para o crescimento do país que devido ao tamanho do seu território, da sua população, a arrecadação também é muito maior. Segundo dados do *International Monetary Fund*, o Brasil, no último levantamento realizado em 2019, é o 9º no ranking das maiores economias mundiais com um PIB de 1,9 trilhões de dólares.

Tabela 3

Ranking maiores cargas tributárias - Brasil e países da OCDE

Posição	País	Carga
1º	França	46,20%
2º	Dinamarca	46%
3º	Bélgica	44,60%
4º	Suécia	44%
5º	Finlândia	43,30%
24º	Brasil	32,30%
25º	Canadá	32,20%
30º	Estados Unidos	27,10%
33º	Irlanda	22,80%

Fonte: Adaptado de Receita Federal. (2018). *Carga Tributária no Brasil*. Recuperado de <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2018-publicacao-v5.pdf/view>

De acordo com os dados da Receita Federal, Tabela 3, em 2017 o Brasil estava em 24º no ranking dos países que mais tributam no mundo com uma carga de 32,3%, estando a frente de países como Canadá, Estados Unidos e da Irlanda que por sua vez encontrava-se no 33º lugar do ranking com uma carga de 22,8%, ou seja, o Brasil mesmo sendo um país subdesenvolvido, ao examinar a carga tributária, depara-se que se tributa assim como em países desenvolvidos.

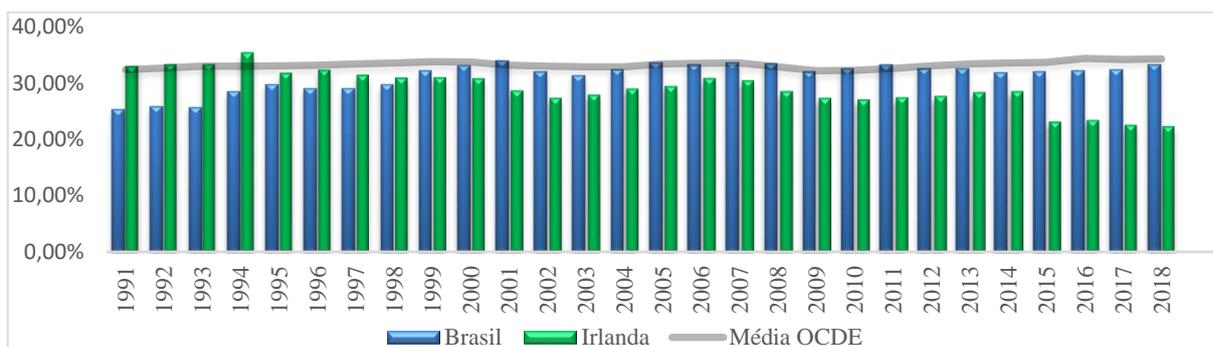


Figura 15. Evolução da carga tributária

Fonte: Adaptado de Receita Federal. *Carga Tributária no Brasil*. <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-cap>

Na Figura 15 confirma-se que o Brasil tributa assim como em países desenvolvidos com taxas similares com a média da OCDE, em 1991 tinha uma carga de 25,2% e em 2018 atingiu 33,3% do PIB. A Irlanda seguiu o sentido oposto, tributava-se em 1990 cerca de 32,4% e em 2018 essa taxa chegou a menor de sua história em 22,3% do PIB. E qual é o problema de o Brasil estar no ranking das maiores economias do mundo e de possuir uma carga tributária comparada a desses países? Não há problema algum até ser analisada a forma pela qual é realizada essa tributação e como decorre o retorno a sociedade.

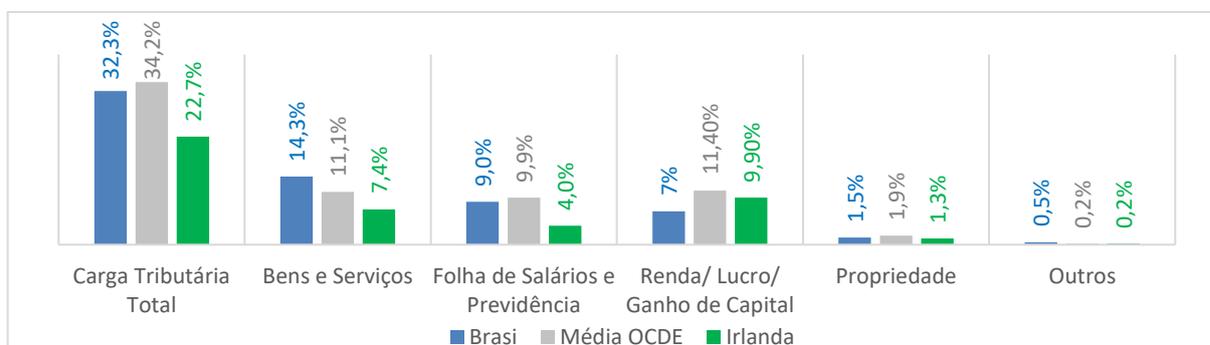


Figura 16. Carga tributária por base de incidência

Fonte: Receita Federal. (2018). *Carga Tributária no Brasil*. Recuperado de <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2018-publicacao-v5.pdf/view>

De acordo com a Figura 16, no Brasil, 14,3% da carga tributária é sobre Bens e Serviços, sendo maior que a média da OCDE, e da Irlanda. No Brasil, 9% incide sobre a Folha de Salários e Previdência, enquanto a média da OCDE está entorno de 9,9% e a da Irlanda 4%. A incidência sobre a Renda, Lucro e Ganho de Capital é cerca de 7% no Brasil, ficando abaixo da média da OCDE de 11,4% e também menor que a Irlanda. No que se refere a Propriedade e Outros os países possuem cargas aproximadas.

Com uma menor ênfase na Renda, Lucro e Ganho de Capital, como ressalta Moura (2017), o sistema tributário é visto como desigual que privilegia a concentração de renda. Com base na Figura 16, é o que ocorre no Brasil, ao dar maior ênfase, quase metade da carga tributária, na tributação de Bens e Serviços, ou seja, sobre o consumo.

Nessa perspectiva, a Dona Maria que recebe um salário-mínimo por mês, que mora de aluguel na periferia da cidade, desloca-se para o trabalho por meio do transporte público, paga o mesmo valor nos tributos embutidos na compra de bananas que o senhor José que ganha 15 salários mínimos, tem casa própria no bairro nobre da cidade e carro próprio para ir ao trabalho. O tributo pago por Dona Maria é mais pesado que para o senhor José, por isso, como destaca Andrade (2015), o sistema tributário brasileiro é regressivo, complexo, um dos mais injustos do mundo, visto que os ricos, menor parcela da população, pagam menos impostos e tendem a ser cada vez mais ricos, e os pobres, maior parcela da população, pagam mais impostos e tendem a ser cada vez mais pobres, o que promove a desigualdade social.

Na Irlanda, a maior parcela de sua carga tributária é sobre a Renda, Lucro e Ganho de Capital, assim a arrecadação recai com maior expressão àqueles que detém maiores condições econômicas. Portanto, se Dona Maria e o senhor José morassem na Irlanda, o peso da carga tributária seria equilibrado, de acordo com as respectivas capacidades contributivas, não existindo tanta desigualdade. Pagando-se menos tributo sobre o consumo, Dona Maria poderia aproveitar sua renda de forma a proporcioná-la uma melhor qualidade de vida e o senhor José ao pagar mais tributo, a sua qualidade de vida continuaria praticamente a mesma.

Tabela 4

Ranking do Índice de Retorno ao Bem Estar à Sociedade

Posição	País	IRBES
1º	Irlanda	168,51
2º	Austrália	162,85
3º	Suíça	162,47
4º	Estados Unidos	162,38
5º	Coréia do Sul	160,82
6º	Japão	157,08
7º	Canadá	156,68

8º	Nova Zelândia	156,15
9º	Reino Unido	155,08
10º	Israel	154,15
30º	Brasil	140,13

Fonte: IBPT. *Estudo sobre carga tributária/PIB x IDH – cálculo do IRBES*. Recuperado de <https://ibpt.com.br/estudos/estudo-sobre-carga-tributaria-pib-x-idh-calculo-do-irbes/>

Na Tabela 4, que se refere ao índice de retorno ao bem estar da sociedade (IRBES) em relação aos 30 países que detém as maiores cargas tributárias. Coincidentemente, os dois países analisados encontram-se em extremidades opostas, a Irlanda, 1º lugar do IRBES, mesmo tendo uma das menores cargas tributárias do ranking. O Brasil, embora tenha uma alta carga tributária encontra-se na última colocação quanto ao retorno de serviços ao bem estar aos seus contribuintes. Depreende-se que uma elevada arrecadação não é sinônimo de uma arrecadação eficiente, já que os recursos públicos não são redirecionados adequadamente a população.

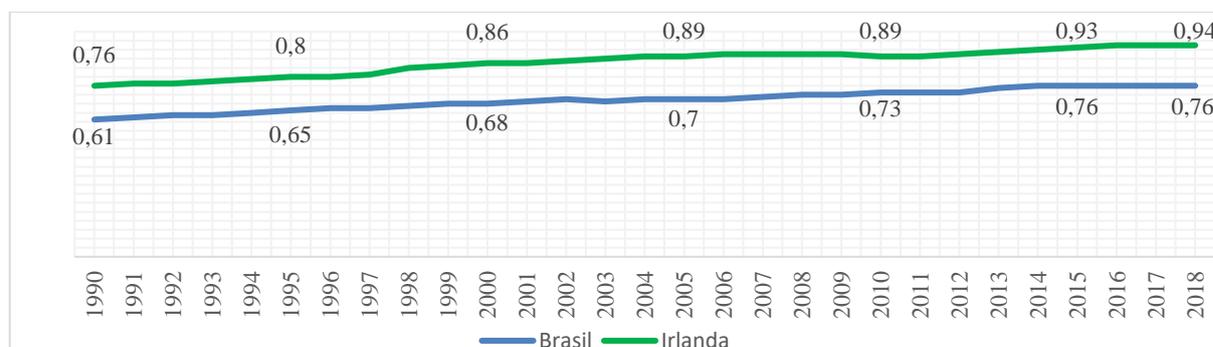


Figura 17. Índice de Desenvolvimento Humano

Fonte: Nações Unidas. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/data/#b>

Conforme a Figura 17, a Irlanda em praticamente em todo o período analisado teve um IDH apontado com alto e o Brasil com um índice considerado médio. No último levantamento realizado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 2019), a Irlanda possui um dos melhores IDH do mundo perdendo apenas para Suíça e Noruega, alcançando em 2018 um índice de 0,94. No caso brasileiro, um IDH de 0,76 representando apenas a 79ª colocação do IDH mundial.

O IDH mensura a qualidade de vida da população de cada país, esse indicador é calculado de acordo com a saúde, pois avalia a expectativa de vida da população ao nascer ;a educação, no que se refere a quantidade média de anos de estudo de uma população; e renda per capita nacional que é o resultado da renda nacional de um país dividido pelo número de habitantes. (Blume, 2017). A seguir será identificado o porquê o IDH da Irlanda e do Brasil são consideravelmente diferentes, baseando-se dentre esses e outros aspectos sociais.



Figura 18. Despesas do governo em saúde

Fonte: Banco Mundial. *Despesas governamentais em saúde*. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/SH.XPD.CHEX.GD.ZS?locations=BR-IE&view=chart>

Na Figura 18, no Brasil os gastos em relação ao PIB mantiveram-se quase constantes e com taxas superiores a Irlanda, entre 2000 e 2007, como também de 2015 até 2017. Entretanto, ao deparar-se com a média, os percentuais são muito próximos, o Brasil com 8,35% e a Irlanda com 8,30%. Na Irlanda, no período da crise de 2008, as despesas aumentaram, provavelmente pelo aumento do desemprego nesse período, já que o governo despense recursos apenas para aqueles que comprovam não terem condições monetárias de custear os gastos com saúde.

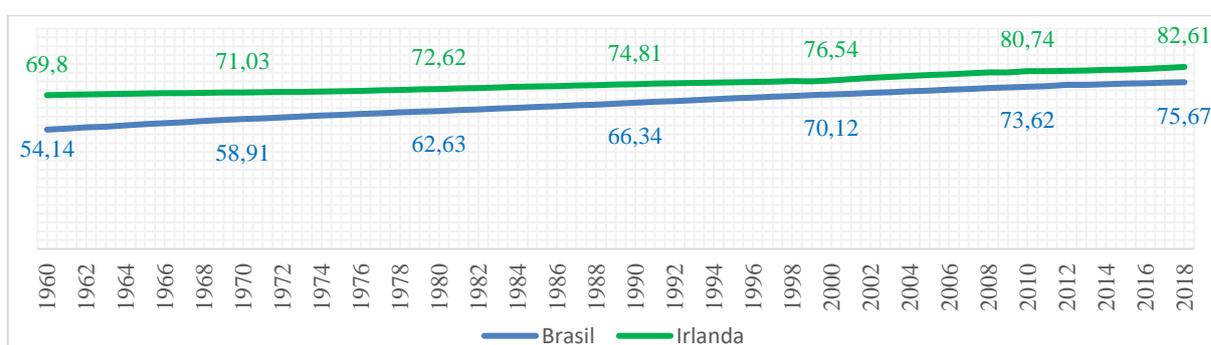


Figura 19. Expectativa de vida

Fonte: Banco Mundial. *Expectativa de vida no nascimento, total (anos)*. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.LE00.IN?locations=BR-IE&view=chart>.

Na Figura 19, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer é bem inferior do que a expectativa irlandesa, respectivamente na última pesquisa valores próximos a 75,67 e 82,61 anos. Depreende-se que há a necessidade de melhorar os níveis de saúde e da qualidade de vida do brasileiro, saúde não é apenas ter bons hospitais, saúde é prevenir doenças, ter um bom emprego, uma boa moradia, saneamento básico, segurança pública, educação, transporte público de qualidade (Bydlowski *et al.*, 2004). Entrementes, a Irlanda mesmo tendo menos gastos do que o Brasil em relação a saúde, o país possui um alto IDH e uma expectativa de vida elevada, e isso não é resultado do sistema hospitalar e sim de todos os elementos já citados que enriquecem a saúde como um todo.

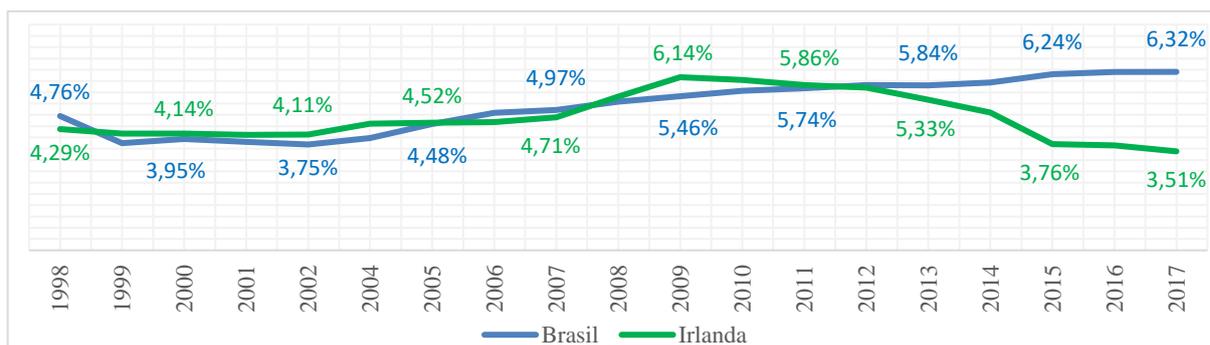


Figura 20. Despesas do governo com educação

Fonte: Banco Mundial. *Despesas governamentais em Educação*. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS?locations=BR-IE&view=chart>

Conforme Figura 20, no Brasil gasta-se mais com educação do que na Irlanda, observa-se uma taxa crescente frente ao período analisado, um percentual médio de 1,81% ao ano enquanto a Irlanda com negativos 0,76% ao ano. As discussões sobre a falta de recursos na área educacional não condizem com o resultado encontrado, da mesma forma o Tesouro Nacional (TN, 2018, p. 2) declara que “apesar da forte pressão social para a elevação do gasto na área de educação, existem evidências de que a atual baixa qualidade não se deve à insuficiência de recursos...”.

Desse modo, o Brasil dispõe de melhores percentuais quantitativos, todavia a qualidade do ensino brasileiro é muito inferior, ter um elevado gasto em educação não significa que se tem um ensino de qualidade, pois “políticas baseadas apenas na ampliação de ‘insumos’ educacionais são, em geral, ineficazes” (TN, 2018, p.2).

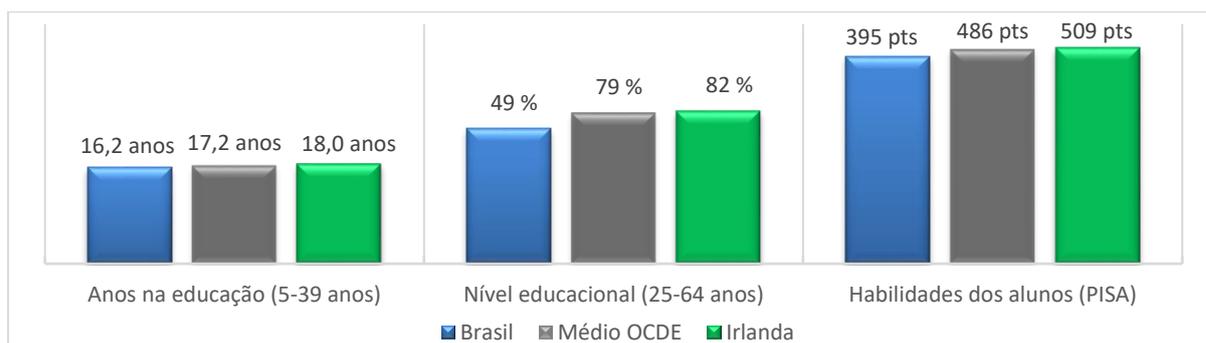


Figura 21. Qualidade da educação

Fonte: Adaptado de *OECD better life index. Education*. Retrieved from <http://www.oecdbetterlifeindex.org/topics/education/>.

Sabe-se que a educação é essencial, mas quantos anos um estudante deve estar em sala de aula para ser capaz de ingressar no mercado de trabalho? Na Figura 21, no Brasil são 16,2 anos de estudos, abaixo da média da OCDE de 17,2 anos e da Irlanda de 18 anos. Quanto ao nível educacional, no Brasil apenas 49% das pessoas com idade entre 25-64 anos concluem o

ensino médio, a média da OCDE é de 79% e na Irlanda 82%. No estudo do PISA para analisar a capacidade dos alunos na leitura, habilidades matemáticas e em ciências, o Brasil ficou com 395 pontos abaixo da média da OCDE, 486 pontos, e da Irlanda com 509 pontos.

Um dado significativo para a educação é o analfabetismo, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD, 2019), no Brasil, em 2016 a taxa de analfabetismo era de 7,9% das pessoas de 15 anos ou mais de idade, reduzindo para 6,6 %, o que ainda representa 11 milhões de pessoas. No caso irlandês, não se encontrou dados precisos sobre a questão.

Dando continuidade para entender os motivos dos respectivos índices de desenvolvimento humano do Brasil e Irlanda serem significativamente distintos, por agora, destaca-se a renda per capita, quanto mais bens monetários nas mãos da população, maior será o consumo de bens e serviços, à vista disso melhor será o padrão de vida, estimulando o desenvolvimento econômico do país.

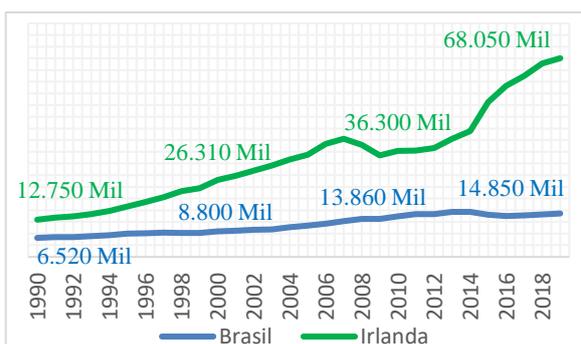


Figura 22. Renda Nacional Bruta per capita
Fonte: Banco Mundial. RNB per capita, PPP (dólar internacional atual) - Brasil, Irlanda. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.PP.CD?locations=BR-IE&view=chart>

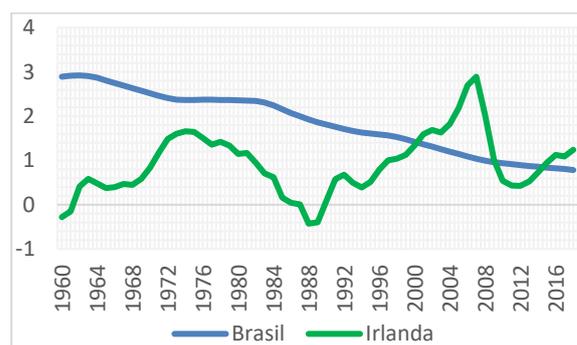


Figura 23. Crescimento populacional
Fonte: Banco Mundial. Crescimento populacional (% anual) - Brasil e Irlanda. Recuperado de <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.GROW?locations=BR-IE&view=chart>

Na Figura 22, calcula-se a RNB per capita, pois de acordo com Reis (2018), o PIB per capita não reflete de fato a realidade vivida pela sociedade, tanto que desde 2010 se utiliza RNB per capita no Relatório de Desenvolvimento Humano. Percebe-se que a trajetória do RNB per capita brasileiro tem um crescimento moderado em comparação com a Irlanda, isso significa que há menos dinheiro nos bolsos das famílias brasileiras do que nas irlandesas, um fator que inibe o desenvolvimento econômico. No último levantamento, o Brasil tem uma RNB per capita de 14.850 dólares por habitante e a Irlanda com 68.050 dólares por habitante.

Nas Figuras 22 e 23 averígua-se que o crescimento populacional anual varia de acordo com a RNB per capita de cada ano, por isso o Brasil que não teve aumento substancial teve uma queda gradual no crescimento populacional anual, a Irlanda teve variações na sua RNB per

capita que se refletiram no crescimento populacional anual. Diante desses indicadores a compreensão ficou ainda mais clara o porquê a Irlanda detém os melhores IDH do que o Brasil.

É importante mencionar o fator segurança, que pode ser medido pela criminalidade de cada país, o bem-estar tanto em áreas públicas quanto privadas é imprescindível para se alcançar um bom padrão na qualidade de vida e no índice de desenvolvimento humano. De acordo com o IPEA (2019), a taxa de homicídio pode ser utilizada para compor o retrato da violência.



Figura 24. Taxa de Homicídio

Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime. *Homicide rate*. Retrieved from <https://dataunodc.un.org/>

É espantoso ao comparar o índice de homicídio (Figura 24), à medida que no Brasil a taxa de homicídio em 1990 era de 19,6% a cada 100 mil habitantes crescendo substancialmente para 30,5% em 2017, na Irlanda os índices são inexpressíveis, melhor dizendo, a taxa é bem mais contida do que no Brasil. Principalmente em razão desse baixo índice que a Irlanda está em uma boa colocação no ranking do Índice Global de Paz (GPI).

Tabela 5

Índice Global de Paz (GPI)

Período	Brasil		Irlanda	
	Ranking	GPI	Ranking	GPI
2015	103°	2.122	12°	1.354
2016	105°	2.176	12°	1.433
2017	108°	2.199	10°	1.408
2018	106°	2.160	10°	1.393
2019	116°	2.271	12°	1.390
2020	126°	2.413	12°	1.375

Fonte: Country Economy. *Global Peace Index*. Retrieved from <https://countryeconomy.com/demography/global-peace-index/ireland>

Ao verificar a Tabela 5, o Brasil há 10 anos encontra-se em péssimas colocações, estando na última pesquisa, em 2020, no 126° lugar com um índice de 2.413 e a Irlanda com 1.375 está merecidamente em 12° lugar. Tendo como base os resultados da Irlanda, quando se tem um ambiente no qual as desigualdades sociais são combatidas, em que as pessoas são bem instruídas, onde há uma maior disponibilidade de empregos, um governo íntegro que ampara

as classes mais desfavorecidas, a probabilidade de criminalidade é muito menor e o IDH tende ao crescimento.

4.3 Aspectos Políticos

Também é preciso analisar o aspecto político por ser um fator que modifica economia e a sociedade, a qual espera que os governantes busquem trabalhar de forma íntegra, confiável e transparente no serviço público prestado.

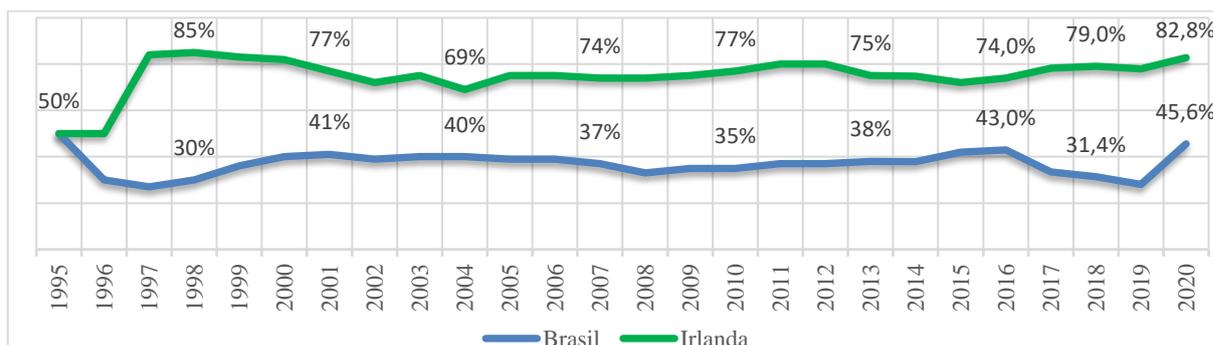


Figura 25. Integridade do governo

Na Figura 25, os percentuais de até 49,9% a integridade é enviesada, entre 50% - 59,9% (pouco íntegro), de 60% - 69,9% (integridade moderada), entre 70% - 79,9% (muito íntegro) e acima o governo é considerado íntegro. Fonte: Heritage. (2020). *Index Economic Freedom*. Retrieved from <https://www.heritage.org/index/visualize>

Assim sendo, a Figura 25 aponta que no ano de 1995 os dois governos tinham apenas 50% e assim eram considerados pouco íntegros em seu serviço prestado, após esse período, o governo brasileiro apresenta péssimas taxas no século XXI sendo que a maior delas 45,6% é apenas no governo atual e mesmo assim a sua integridade é considerada enviesada. Por sua vez, o governo irlandês na maior parte do período é classificado como muito íntegro e ao atingir 82,8% em 2020 é visto como íntegro.

Tabela 6

Ranking Índice de Percepção da Corrupção

Período	Ranking (IPC)	
	Brasil	Irlanda
2010	69°	14°
2011	73°	19°
2012	69°	25°
2013	72°	21°
2014	69°	17°
2015	76°	18°
2016	79°	19°
2017	96°	19°
2018	105°	18°
2019	106°	18°

Fonte: Transparency International. *Índice de Percepção da Corrupção*. Recuperado de <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>

Os constantes casos de corrupção reduzem a integridade do governo brasileiro, são tantos casos que parece que a corrupção se tornou algo cotidiano, que faz parte do ambiente brasileiro (Filgueiras, 2009). Isso explica o porquê o Brasil situa-se em posições indesejáveis no IPC que é o principal indicador que avalia a corrupção nos sistemas públicos mundiais (Tabela 6), quanto mais próximo de 0, o país é visto como altamente corrupto. O Brasil em 10 anos teve regressões mais significativas no ranking do que a Irlanda, e como divulgou o *Transparency International* (2019), o Brasil com 35 pontos ocupa a 106ª posição do ranking, já a Irlanda com 74 pontos na 18ª posição do IPC.

Segundo o procurador federal Paulo Roberto Galvão que fazia parte do Ministério Público Federal no caso Lava Jato, no Brasil gasta-se aproximadamente 200 bilhões de reais anuais com a corrupção (Garcia, 2019). De acordo com o *Impostômetro* (2019) nesse mesmo ano o Brasil arrecadou com impostos cerca de 2,504 trilhões de reais, ou seja, o valor anual gasto com corrupção representa aproximadamente 12,5% do imposto arrecadado no ano de 2019. Quantos benefícios o país poderia receber com esse valor, ainda mais um país que busca o desenvolvimento econômico.

5. CONCLUSÃO

Por conseguinte, este trabalho discutiu fatores determinantes entre Brasil e Irlanda em relação a condução do desenvolvimento econômico. Para isso, buscou-se por intermédio do estudo comparativo identificar as similaridades e diferenças existentes.

Embora tenham condições geográficas distintas, observa-se a evolução nas duas economias, o PIB brasileiro é maior, mas ao se dividir pelo o número de habitantes (PIB per capita) nota-se que a Irlanda tem um indicador bem melhor. Por atravessar uma fase de investimento em infraestrutura, a carga tributária brasileira também é maior, todavia dando maior ênfase na tributação sobre o consumo do que sobre a renda, o que não é visto na Irlanda, e ao avaliar o retorno a sociedade percebe-se que o país irlandês tem melhores indicadores. Denota-se também que a Irlanda atraiu mais IDE tendo um maior foco na área de alta tecnologia do que o Brasil.

Constata-se, quanto a segurança, a extrema disparidade da criminalidade, ao passo que os resultados apontam uma trajetória crescente acima de 20% no Brasil, na Irlanda os percentuais não passam de 2%, assim é considerado um país mais pacífico e tranquilo para viver. Com respeito a educação e saúde, mesmo não ocorrendo uma grande disparidade, o Brasil tem mais dispêndios nessas áreas que a Irlanda, embora tenha reduzido o analfabetismo e aumentado a expectativa de vida do brasileiro, isso não significa que tenha um sistema de qualidade. A Irlanda detém melhores indicadores na qualidade da sua educação, entretanto há o que melhorar frente a saúde, mesmo assim o país dispõe de melhores IDH. No tocante a política, identifica-se uma maior integridade no governo irlandês com índices mais desejáveis em comparação ao Brasil.

Ao detalhar todo o aparato do desenvolvimento econômico irlandês, observa-se que um dos fatores de sucesso para tamanha evolução foi a questão do Pacto Social. Nesse sentido, teve um direcionamento de todas as ações estruturais, dado que os ajustes implementados tiveram seus efeitos positivos pró expansionismo como políticas de Estado e não somente de governo, independente do regime político vigente, mantinha-se o planejamento estratégico.

O que corrobora com Mason (1965, p.133) ao dizer que o planejamento é fundamental para o desenvolvimento de uma nação, para “enumerar os erros, as dificuldades e limitações” durante o processo, e estabelecer prioridades de investimento. Para isso, salienta a importância do governo no planejamento, na condução e promoção do desenvolvimento econômico, tendo o apoio da sociedade para tal feito. Portanto, esse fator o Brasil pode levar como aprendizado, já que tem um grande potencial para ser um país desenvolvido assim como a Irlanda.

REFERÊNCIAS

- Abramides, M. B. C. (2017). Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, nº 129, 366-386. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0366.pdf>. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.113>
- Abrantes, E.L. (2018). Reflexões contemporâneas sobre o Celtic Revival irlandês do século XIX. *Revista de estudos celtas e germânicos*, 18(1). Recuperado de <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1786>
- Adrião, T.M.F., & Azevedo, J.P.E. (2019). Subsídio público à oferta educacional privada: reflexões a partir do modelo irlandês. *RBPAAE*, 35(1), 119 – 139 Recuperado de <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/89876/52796>. <https://doi.org/10.21573/vol1n12019.89876>
- Almeida, P.R. (2004). A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. In: Giacomoni, J., & Pagnussat, J.L. (Orgs.). *Planejamento e Orçamento governamental*. ENAP, 191-227. Recuperado de <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/807>
- Alves, J. F. (1997). Com que cara chegaremos ao terceiro milênio? in Kupstas, M. (Org.), *Identidade nacional em debate*, São Paulo: Moderna.
- Anderson, B. (1991). *Imagined Communities: reflections on the origins and Spread of Nationalism*. New York: Verso.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras.
- Anderson, P. (2011, novembro). O Brasil de Lula. (A.B de. Sousa, & B. Costa, Trad.). *Novos Estudos Cebrap*, nº 91. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a02n91.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000300002>
- Andrade, I. (2010, julho). Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional. Associação nacional de história. Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 14.
- Andrade, J.A de (2015). Reforma tributária no Brasil e seus impactos na redução da desigualdade: uma análise das propostas de emenda à constituição sob a perspectiva da justiça fiscal. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, 9(22), 832-852. Recuperado de

<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/2017/1106>.

<https://doi.org/10.21171/ges.v9i22.2017>

Andretta, F. (2020). Preço de álcool em gel e máscaras subiu até 161%; governo deveria tabelar? Recuperado de <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/12/governo-controle-precos-tabelar-mascara-alcool-gel-agua-coronavirus.htm>

Araújo, R. D de (2004). Desempenho inovador brasileiro e comportamento tecnológico das firmas domésticas e transnacionais no final da década de 90 (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286246>

Azambuja, D. (2008). Introdução à Ciência Política. (2a ed.). São Paulo: Globo.

Backes, C. (2000). O que é ser brasileiro? (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79454>

Baer, W., Kerstenetzky, I., & Villela, A.V. (1973). As modificações do papel do estado na economia brasileira. *Pesquisa Planejamento Economia*, 3(4), 883 a 912. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6554>

Barbato, L.F.T. (2014). A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. *Revista Eletrônica Histórias em Reflexão*, 8(15) 1-15. Recuperado de <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3354/1824>.

Barbosa, L. (2006). *O Jeitinho Brasileiro: A arte de ser mais igual do que os outros*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Barbosa, L. G. C. (2012). O governo Lula e a política econômica brasileira: continuidade ou ruptura? *Revista Todavia*, 3(4), 34-51. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/revistatodavia/Ed.%204%20-%20Artigo%203.pdf>

Barros, R. P de., & Mendonça, R. (1997). Investimentos em educação e desenvolvimento econômico. *Texto para discussão*, n. 525, IPEA. Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2308/1/td_0525.pdf

Barry, F. (2013). The knowledge economy, economic transformations and ict in the eu25+: regional dynamics in the deployment phase. Case study: southern and eastern Ireland. *Joint Research Centre Institute for Prospective Technological Studies*, pp. 1-62. Retrieved from <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC83549/jrc83549.pdf>.

- Bez-Batt, G. (2017). Reforma tributária no Brasil: uma necessidade inadiável. *Revista Ciências da Sociedade*, 1(1), 68-79. Recuperado de <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistacienciasdasociedade/article/view/374/293>. <https://doi.org/10.30810/rcs.v1i1.374>
- Blume, B.A. (2017). O que é o IDH? Politize. Recuperado em 29 de junho, 2020, de <https://www.politize.com.br/idh-o-que-e/>
- Borges, F. T.M., & Chadarevian, P.C. (2010). *Economia Brasileira*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 1-140. Recuperado de <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/13799>
- Brazys, S., & Regan, A. (2016). These little PIIGS went to market: enterprise policy and divergent recovery in european periphery. UCD Geary Institute for Public Policy, Discussion Paper Series. Retrieved from <https://www.ucd.ie/geary/static/publications/workingpapers/gearywp201517.pdf>
- Breathnach, P. (1998). Exploring the “Celtic Tiger” phenomenon: causes and consequences of Ireland’s economic miracle. *European Urban and Regional Studies* 305. Retrieved from <http://mural.maynoothuniversity.ie/3086/>
- Bresser-Pereira, L. C. (2007). *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34.
- Bresser-pereira, L.C. (2005). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento*. Recuperado em 24 de março, 2020, de <http://bresserpereira.org.br/papers/2005/05.8.estrategianacional.prov.pdf>
- Brito, L. E. N. (2009). *O tigre celta: as mudanças na economia e sociedade irlandesas na década de 1990*. Pantheon. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11422/5118>
- Brock, C., & Schwartzman, S. (2005) *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Buckley, P., & Ruane, F. (2006). Foreign direct investment in Ireland: policy implications for emerging economies. Institute for International Integration Studies. Retrieved from <https://core.ac.uk/download/pdf/7032959.pdf>
- Buescu, M. (2011). *História Econômica do Brasil*. In: Paim, A (Org.). *Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro*. Recuperado de http://www.cdpb.org.br/antigo/mircea_buescu.pdf

Burnham, J. B. (2003). Why Ireland boomed. *The Independent Review*, 7(4), 537-556. Retrieved from https://www.independent.org/pdf/tir/tir_07_4_burnham.pdf

Bydlowski, C. R., Westphal, M.F., Pereira, I.M.T.B. (2004). Promoção da Saúde. Porque sim e porque ainda não! *Revista Saúde e Sociedade*, 12(1), 14-24. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/03.pdf>.

Cardoso, D. S. (2018). Austeridade deu certo? Uma análise comparativa entre ações de política econômica na Grécia e na Irlanda no pós-crise financeira de 2008 (Dissertação mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193834>

Cardoso, F., Corrêa, D., & Lima, G.T. (2009). Mudança estrutural, desenvolvimento institucional e crescimento econômico sustentado: um comentário sobre a experiência irlandesa. *Revista de Economia Política*, 29(1), 82-91. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/05.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572009000100005>

Carneiro, M.D., & Bagolin, I.P. (2012). Abordagens acerca da relação crescimento econômico, desigualdade e pobreza. *Revista Cadernos de Economia* (16), 05- 20. Recuperado de <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/1643/914>. <http://dx.doi.org/10.46699/rce.v16i30/31.1643.g914>

Carvalho, G. (2013). A saúde Pública no Brasil. *Estudos avançados* 27(78). Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/02.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000200002>

Cavalcanti, T. B. (1965). Estrutura Política Brasileira. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, 8(2). Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/view/59652/57997>

Constitution of Ireland of 1937. (1937). Retrieved in 07 of July, 2020, from <http://www.irishstatutebook.ie/eli/cons/en#part2>.

Cysne, R.P. (2008). Ajustes fiscais: experiência recente de países selecionados: Irlanda. *FGV*. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10438/27223>

Dias, D. S. (2012). O que vem a ser Nação no contexto atual? *Revista de Informação Legislativa*, 49(196), 53-68. Recuperado de

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496615/000967049.pdf?sequence=8&isAllowed=y>

Durkheim, E. (1983). *Os pensadores* (2ª ed., C.A.R. Moura et al, Trad.). São Paulo: Abril Cultural. (Obra origina publicada 1858-1917).

Dweck, E., Teixeira, R. A. (2019). A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *Anais do Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Campinas, SP, Brasil. Recuperado de <https://www.even3.com.br/anais/akb/53521-a-politica-fiscal-do-governo-dilma-e-a-crise-economica>

Falcão, P. R. (2017). Carga Tributária no Brasil é alta comparada a outros países? Recuperado em 27 de junho, 2020, de <http://www.politize.com.br/carga-tributaria-brasileira-e-alta>

Fedrizzi, G. (2002). *O recente crescimento econômico da República da Irlanda: um estudo de caso* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/4260>.

Figueiredo, P. (2020). *TCE diz que achou preços superfaturados na compra de respiradores pelo RJ*. Recuperado de <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/22/tce-diz-que-achou-precos-superfaturados-na-compra-de-respiradores-pelo-rj.ghtml>.

Filgueiras, F. (2009). A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, 15(2), 386-421. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/05.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200005>.

Filho, G.P. (2006). Identidade do Brasil e do brasileiro. *Gestão e Conhecimento*, 2(2). Recuperado de <https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v2n2/v2n2a1.pdf>

Fiorin, J. L. (2009). A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana*, 1(1), 115-126. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/3002/1933>.

Fortes, C.C. (2013, dezembro). Conceito de Identidade: considerações sobre sua definição e aplicação ao estudo da História Medieval. *Revista Mundo Antigo*. 2(4). 29-46. Recuperado de https://www.academia.edu/18151349/O_Conceito_de_Identidade_considera%C3%A7%C3%B5es_sobre_sua_defini%C3%A7%C3%A3o_e_aplica%C3%A7%C3%A3o_ao_estudo_da_Hist%C3%B3ria_Medieval.

Foucault, M. (1978). *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva.

Garcia, M.F. (2019). Até quando? Brasil perde R\$ 200 bilhões por ano com corrupção. Recuperado em 05 de julho, 2020, de <https://observatorio3setor.org.br/noticias/ate-quando-brasil-perde-r-200-bilhoes-por-ano-com-corrupcao/>

Gil, A. C. (1996). *Como elaborar projetos de pesquisa* (3a ed.). São Paulo: Editora Atlas.

Godoi, A. S. F. (2007). O milagre irlandês como exemplo da adoção de uma estratégia nacional de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, 27(4), 546-566. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a03v27n4.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000400003>

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>

Goldemberg, J. (1993). O repensar da educação no Brasil. *Estudos Avançados*, 7(18). Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a04.pdf>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000200004>

Gomes, T.G., & Medeiros, C.R.O. (2019). Construindo e desconstruindo escândalos de corrupção: a operação lava-jato nas interpretações da veja e carta capital [Versão eletrônica], *Revista Organizações & Sociedade*, 26(90), 457-485. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/osoc/v26n90/1984-9230-osoc-26-90-457.pdf>. <https://doi.org/10.1590/1984-9260904>

Gremaud, A.P., Saes, F. A. M., & Toneto, R., Jr. (1997). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas.

Hall, S. (1995). *A questão da identidade cultural*. Revisão técnica de Antonio Augusto Arantes Neto; Tradução de Andrea Borghi Moreira Jacinto, Simone Miziara Frangella. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1995.

Hall, S. A. (2006). *Identidade cultural na pós-modernidade* (11ª ed., T.T. Silva & G.L. Louro, Trad.). Rio de Janeiro: DP&A. (Obra original publicada em 1992). Recuperado de https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf.

Henn, P.A. (2007). Identidade nacional e o discurso estético em Glauber Rocha. *Revista DAPesquisa*, 2(4), 423-431. Recuperado de <http://periodicos.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/16633/10773>.

<https://doi.org/10.5965/1808312902042007423>

Hobsbawm, E. J. (1990). *Nações e nacionalismos desde 1870: programa mito e realidade*. (M.C. Paoli, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. (Obra original publicada em 1917). Recuperado de <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/hobsbawmeric-nac3a7c3b5es-e-nacionalismo-desde-1780.pdf>.

Hobsbawm, E. J. (2008). *Nações e nacionalismos desde 1870: programa mito e realidade*. (5a ed.). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

Holanda, S. B de. (1995). *Raízes do Brasil* (26a ed., S.B Holanda). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original 1902-1982).

Honohan, P., & Walsh, B. M. (2002). Catching up with the leaders: the irish hare. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, 1-77. Retrieved from <https://researchrepository.ucd.ie/handle/10197/1596>

Impostômetro. (2019). Recuperado em 30 de junho, 2020, de <https://impostometro.com.br/>

IPEA. (julho, 2019). Atlas da violência retratos dos municípios brasileiros. *Fórum brasileiro de segurança pública*. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/7047-190802atlasdaviolencia2019municipios.pdf>

James, S. (1999). *The Atlantic Celts: ancient people or modern invention?* London: British Museum Press.

Jean, D. (2018). Construção da identidade nacional da poesia haitiana: início de uma reflexão. *Revista Entrelinhas*, 12(2). Recuperado de <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/entr.2018.12.2.03/60746628>

Junqueira, M.O. (2010). *O nó Tributário: porque não se aprova uma reforma tributária no Brasil* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-05072011-131136/publico/2010_MurilodeOliveiraJunqueira.pdf

- Kinsella, S. (2016). Not a poster child, but a beautiful freak: economic and fiscal policy in Ireland, 1996-2016'. In O'Connell and Roche, eds. *Austerity's Poster Child? Ireland's Experience of the Great Recession and Recovery*, Oxford University Press. Retrieved from https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2778005
- Lima, C.R.C. (2012). *A crise bancária irlandesa de 2008-2011* (Dissertação de mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10438/9949>
- Lopes, C. F. (2006). *Diálogos culturais no Banco do Brasil/Regional MG: uma abordagem psicossociológica* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de <http://hdl.handle.net/1843/VCSA-6W9R9C>
- Maluf, S. (2003). *Teoria geral do estado* (26a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Marques, C.B.C., & Domingues, E. (2014). A identidade nacional brasileira em teses e dissertações: uma revisão bibliográfica [Versão eletrônica], *Revista Psicologia Política*, 14(31), 465-480. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a04.pdf>
- Mason, E. S. (1965). O planejamento do desenvolvimento. *Revista de Administração de Empresas*, 5(15), 115-133. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rae/v5n15/v5n15a06.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901965000200006>
- Mazzoni, M., & Strachman, E. (2012). Políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação na Irlanda: ênfase em setores de alta tecnologia e comparação com o Brasil. *Revista Brasileira de Inovação*, 11(2), 277-332. Recuperado de <https://periodicozys.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649046/15595>. <https://doi.org/10.20396/rbi.v11i2.8649046>
- McArdle, P. (2005). A Private Sector Perspective on the Celtic Tiger Experience. *Clemson University Center for International Trade*. Retrieved from <https://ageconsearch.umn.edu/recmord/112947?ln=en>
- McCarthy, F.D. (2001). Social policy and macroeconomics: the irish experience. *Policy Research Working Paper 2736*, World Bank. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10986/19417>.
- Meneghetti, A. (2013). *Os Jovens e a Ética Ôntica*. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária.

- Menicucci, T. M. G. (2011). A Política de Saúde no Governo Lula. *Saúde e Sociedade*, 20(2), 522-532. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/22.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200022>
- Mercadante, A. (2006). *Brasil Primeiro Tempo*. São Paulo: Planeta
- Monteiro, A. R., & Veras, A.T. R. (2017). A questão habitacional no brasil [Versão eletrônica],
- Moser, A. (1984). *Mudanças na Moral do Povo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- Moura, L. S. M de (2017). Tributação, cidadania e justiça social no Brasil. *Revista UNI-RN*, 16(1/2), 181-235. Recuperado de <http://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/413/356>
- Murteira, M. (2003). *Globalização: pela invenção dum tempo global e solidário*. Lisboa: Quimera.
- Oliveira, A. G. R. C., & Souza, E. C. F de (1997). A saúde no Brasil: trajetórias de uma política assistencial. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Odontologia preventiva e social: textos selecionados*, p.114-125. Natal: EDUFRN, p.114-125.
- Oliveira, C. M. (2008). Método e sociologia em Weber: alguns conceitos fundamentais. *Revista Eletrônica Inter-Legere*, nº 3. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4751>
- Ometto, A.M.H., Furtuoso, M.C.O., & Silva, M.V da (1995). Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população [Versão eletrônica], *Revista Saúde Pública*, 29(5), 403-414. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n5/11.pdf>
- Paim, J. S. (2013, outubro). A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Cadernos de Saúde Pública*, 29(10), 1927-1936. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/csp/v29n10/a03v29n10.pdf>. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00099513>
- Paulani, L.M. (2012, junho). A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional IPEA*, 89-102. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4554>

Paulus, A., Jr., Cordoni, L., Jr. (2006). Políticas públicas de saúde no Brasil. *Revista Espaço para a Saúde*, 8(1), 13-19. Recuperado de http://www.professores.uff.br/jorge/wp-content/uploads/sites/141/2017/10/v8n1_artigo_3.pdf

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. (2019). Educação 2019. IBGE. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf

Pieri, Renan. (2018). Retratos da Educação no Brasil. *Instituto de ensino e pesquisa (Insper)*. Recuperado de <https://www.insper.edu.br/working-papers/retratos-da-educacao-no-brasil/>

Piketty, T. (2017). O Brasil não cresce se não reduzir desigualdade social. Recuperado em 28 de maio, 2020, de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1922435-brasil-nao-cresce-se-nao-reduzir-sua-desigualdade-diz-thomas-piketty.shtml>

Pimenta, R. (2018). *Tudo sobre o sistema de saúde na Irlanda*. Recuperado em 14 de abril, 2020, de <https://www.e-dublin.com.br/guias/tudo-sobre-o-sistema-de-saude-na-irlanda>

Pinto, M. P. F. (2014). A crise de dívida soberana na área do euro (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto, Portugal. Recuperado de <https://hdl.handle.net/10216/76424>

Polignano, M.V. (2001). História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão. *Cadernos do Internato Rural-Faculdade de Medicina/UFMG*, v. 35, 1-35 Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/202785648/Historia-Das-Politicadas-Saude-No-Brasil-Uma-Pequena-Revisao-Marcus-Vinicius-Polignano-16-200511-SES-MT>

Prata, M. L.D.S. (2014). A importância do investimento direto estrangeiro na economia Irlandesa: o papel da industrial development authority. (Dissertação de mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.14/19399>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019). *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Recuperado em 15 de julho, 2020 de http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf

Rattner, H. (1977). Indicadores Sociais e Planificação do Desenvolvimento. *Revista de Administração de Empresas*, 17(1), 21-27. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rae/v17n1/v17n1a02.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901977000100002>

Rattner, H. (1978). Aspectos econômicos e tecnológicos da indústria de alimentos brasileira [Versão eletrônica]. *Revista Administração Empresarial*, 18(3), 17-36. Recuperado de

<https://www.scielo.br/pdf/rae/v18n3/v18n3a03.pdf>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901978000300003>

Regan, A. (2016). Debunking myths: why austerity and structural reforms have had little to do with Ireland's economic recovery. *The London School of Economics and Political Science*. Retrieved in 19 of may, 2020, from <http://bit.ly/1QTPwOq>

Reis, J.C. (2006). *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim - a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV

Reis, T. (2018). Renda per capita: entenda como funciona esse indicador na prática. Recuperado em 15 de julho, 2020, de <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/renda-per-capita/>

Resende, A.L., Neto, A.F., Bacha, E., Goldfajn, I., Lisboa, M., Mesquita, M., & Malan, P.S. (2018, fevereiro). Economia brasileira: notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020. *Instituto Millenium*, 1-18. Recuperado de <https://www.institutomillennium.org.br/economia-brasileira-notas-breves-sobre-as-decadas-de-1960-2020/>

Roche, F., O'Shea, R., Allen, T.J., & Breznitz, D. (2008). The dynamics of an emerging entrepreneurial region in Ireland, in Phan, P. H., Venkataraman, S.; Velamuri, S. R. (Orgs). *Entrepreneurship in Emerging Regions Around the World. Theory, Evidence and Implications*, Edward Elgar Publishing Limited, 9-46. Retrieved from <https://pdfs.semanticscholar.org/e8dd/e768a5cc7deaccd07881aff95ef5957f0acf.pdf>

Rodrigues, L.N. (2013). *Os caminhos da identidade nacional brasileira: A perspectiva do etnosimbolismo*. (Dissertação de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14076>

Roesch, S.M.A. (2007). *Projetos estratégicos e de pesquisa em administração* (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Santos, J. C. (2009). A percepção dos atores sociais frente à intervenção pública: uma análise sociológica do conjunto habitacional Vargem Grande (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, MG, Brasil. Recuperado de https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/2_2009_Joyce-Costa-Santos.pdf

Schumpeter, J.A. (1954). *History of Economic Analysis*, New York, Oxford University Press.

Schwartzman, S., Durham, E.R., & Goldemberg, J. (1993). A Educação no Brasil em uma perspectiva de transformação. *Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo (Nupes)*, pp. 1-45. Recuperado de <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9305.pdf>

Silva, De Plácido e. (2004). *Vocabulário jurídico*. (25a ed., p.939, N. Slaibi Filho., & G. Carvalho, Trad.). Rio de Janeiro: Forense.

Silveira, L.P.O. (2011). Brasil: um paraíso turístico? (Dissertação de mestrado). Universidade de Aveiro, São Tiago, Portugal. Recuperado de <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/7296/1/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. [Versão eletrônica], *Novos Estudos Cebrap*. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004>

Snow, D. A., & McAdam, D. (2000). Identity work processes in the context of social movements: clarifying the identity/movement nexus. In S. Stryker, T. J. Owens, & R. W. White (Eds.), *Social movements, protest, and contention*; v. 13. Self, identity, and social movements (p. 41–67). University of Minnesota Press.

Soares, L.G.S de., Kelller, M.M., Rosa, N. A da., Schirmer, C., & Dias, D. (2015). A Estrutura do Sistema Político Brasileiro. *Anais da Semana Acadêmica Fadisma Entrementes*, Santa Maria, RS, Brasil. Recuperado de <http://sites.fadisma.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2015/08/a-estrutura-do-sistema-politico-brasileiro.pdf>

Speck, B. W. 2012. O financiamento político e a corrupção no Brasil. In: R.C. Biason (Org). *Temas de corrupção política*, 49-97. São Paulo: Balão Editorial. Recuperado de https://www.academia.edu/3556070/Bruno_Wilhelm_Speck_O_financiamento_pol%C3%ADtico_e_a_corrup%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil

Teixeira, F. M.G. (2015). *Tributação Formulario: substituição do princípio da plena concorrência por métodos formulários de alocação do rendimento das empresas multinacionais* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Escola de Lisboa, Portugal. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.14/20279>.

Terlica, S. (2013). Irlanda: um caso de sucesso? In: *As incertezas da Europa: os contornos da crise econômica*. *Janus Anuário*, pp. 136-139. Recuperado em: <https://janusonline.pt/janus-2013>.

Tesouro Nacional. (2018). Aspectos fiscais da educação no Brasil. Recuperado em 09 de julho, 2020, de https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:28264

Thiesse. A. -M. La (1999). *création des identités nationales. Europe XVIIIe-XXesiècle*. Paris: Editions du Seuil. Recuperado de <http://excerpts.numilog.com/books/9782020342476.pdf>.

Transparency International. (2019). *Índice de percepção da corrupção*. Recuperado de <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/67:indice-de-percepcao-da-corrupcao-2019?stream=1>

Venkataraman, S. (2004). Regional transformation through technological entrepreneurship, *Journal of Business Venturing*, 19(1), 153–67. Retrieved <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.624.8328&rep=rep1&type=pdf>

Viana, G., & Lima, J. F. (2010). Capital humano e crescimento econômico [Versão eletrônica], *Interações*, 11(2) 137-148. <https://www.scielo.br/pdf/inter/v11n2/a03v11n2.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122010000200003>.

Weber, M. (1999). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Recuperado de <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf>

Woodward, K. (2004). *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: Silva, T. (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes. Rio de Janeiro: Vozes